

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ANGÉLICA RIPARI

**OLHAR “SOBRE” A DESIGUALDADE:
UM ESTUDO DA CULTURA POLÍTICA DE DIRIGENTES DE FASFIL
MARINGAENSES**

Maringá
2013

ANGÉLICA RIPARI

OLHAR “SOBRE” A DESIGUALDADE
UM ESTUDO DA CULTURA POLÍTICA DE DIRIGENTES DE FASFIL
MARINGAENSES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro.

Maringá
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

R594o Ripari, Angélica
Olhar "sobre" a desigualdade: um estudo da cultura política de dirigentes de FASIL maringaense / Angélica Ripari. -- Maringá : , 2013.
119 f. : il. color., figs., tabs., retrs., mapas

Orientador : Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro.
Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2013.

1. Associativismo - Cultura política - FASFIL. 2. Desigualdade social - FASFIL - Percepção. 3. Cultura política - Elites - Desigualdade social. I. Ribeiro, Ednaldo Aparecido, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 21.ed.306.2

Zss-001199

ANGÉLICA RIPARI

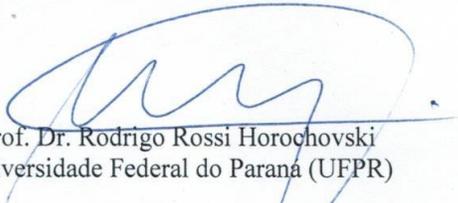
**Olhar “sobre” a desigualdade: um estudo da cultura política de dirigentes de
fábrica maringenses**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski
Universidade Federal do Paraná (UFPR)



Prof. Dr. Carla Cecilia Rodrigues Almeida
Universidade Estadual de Maringá

Aprovada em: 30 de abril de 2013

Local de defesa: Bloco H-12, sala 014, *campus* da Universidade Estadual de Maringá

Agradecimentos

A experiência que tive na construção deste trabalho me provou que a pesquisa científica é mais que um produto de profissionais direcionados ao conhecimento, é também, sobretudo, um aprendizado (no sentido mais amplo que possa ter essa palavra). E por assim ser, esbarra diretamente nas limitações dos envolvidos. E nesse trabalho pude perceber que tenho muitas dessas limitações. Mas se for ressaltado que o processo educacional (independentemente do nível que se trate) não se limita (ou não deveria se limitar) a espaços para os capazes, pois trata do desenvolvimento tanto das habilidades cognitivas quanto do amadurecimento pessoal, esse reconhecimento se torna menos ameaçador. E se há aqui um espaço para os agradecimentos, ele deve ser direcionado às pessoas que explicitaram as minhas incapacidades e às que puderam de alguma maneira, me proporcionar a superação delas.

Assim, agradeço primeiramente aos meus pais, Hugo Ripari e Maria Aparecida Teixeira Ripari, que mesmo em alguns momentos não concordando ou compreendendo, me deram estrutura e apoio para que eu pudesse estudar e realizar meus sonhos.

Aos meus irmãos, Hugo Ripari e Daniel Ripari, que mesmo a distância sempre estiveram comigo.

À minha família alternativa Marcela Peregrino e Marina Orfei, pelo abrigo que me proporcionaram em todos os momentos que precisei. Os filhos crescem, saem de casa, mas a família continua.

Aos amigos de todas as horas Anderson Fujikawa, Driéli Vieira, Felipe Reis, Gustavo Manso, Lígia Incrocci, Natália Redígolo, Tássia Idalgo, Verônica Mori, pela companhia, amparo nas dificuldades, pelos debates acalorados, e por fazerem de mim uma pessoa melhor.

Aos amigos do mestrado, especialmente ao Josimar Priori pelas conversas que sempre me fazem refletir e à Ana Carolina Torrente pelas angústias e alegrias divididas, e ao Éder Rodrigues Gimenes que deu início e direção a esta pesquisa, me aconselhou e me auxiliou.

Aos funcionários do Departamento de Pós-Graduação em Ciências Sociais, especialmente ao Fernando Santiago Junior pelo apoio em todos os momentos.

Aos Professores do mestrado, especialmente ao Professor José Antônio Martins pelas aulas instigantes, à Professora Carla Almeida por me ensinar a pesquisar e por ser uma referência como professora ao transparecer paixão em tudo que defende, e ao Professor Ednaldo Aparecido Ribeiro pela orientação e contribuição à pesquisa.

Aos representantes das entidades que se disponibilizaram a participar da pesquisa, e ao Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização que auxiliaram com as gravações e tornaram este trabalho possível.

Por fim, a todos que me auxiliaram para encontrar aquela palavra ou metáfora que não vem à mente, aquela referência que faltava.

Olhar “Sobre” A Desigualdade: um estudo da cultura política de dirigentes de FASFIL maringenses

RESUMO

Esta dissertação apresenta resultados de pesquisa sobre a cultura política dos dirigentes das Fundações e associações sem fins lucrativos (FASFIL) da cidade de Maringá. Mais especificamente, trata da percepção destes sujeitos sobre a desigualdade social em nosso país. Para tal, foram averiguados os valores compartilhados pelo grupo quando questionados sobre quatro possíveis responsáveis pela desigualdade: as entidades sem fins lucrativos, o Estado, as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e as elites. Com a investigação, foi possível avaliar como o grupo estudado compreende a pobreza, quais suas expectativas sobre o papel do Estado e das entidades, como entendem a ação dos vulneráveis e quais os potenciais e limitações destas perspectivas para uma concepção democrática. Ao identificar estes dirigentes como pertencentes a uma elite nãoestatal, buscou-se ainda compreender a motivação para o envolvimento da elite com um associativismo que, em certo nível, tem por finalidade rever os quadros de desigualdade. Esta investigação foi embasada em uma metodologia mista, compreendendo um survey aplicado aos dirigentes de associações certificadas, seguido da realização de grupos focais com uma amostra de respondentes deste survey. As conclusões indicam que ao mesmo tempo em que o grupo em questão reconhece a desigualdade e apresenta-se desejoso de revertê-la, naturaliza suas evidências e em alguns momentos ainda aparenta conformar o cenário desigual vigente.

Palavras-chave: Associativismo; FASFIL, Cultura política; Elites; Desigualdade social.

Looking "Over" Inequality: a study of political culture leaders of Maringá FASFIL

ABSTRACT

This paper presents results of research on the political culture of the non-profit foundations leaders in Maringá. More specifically, it deals with these subjects perception on social inequality in our country. For this purpose, shared values were checked by the group when questioned about four possible responsibilities for inequality: non-profit foundations, government, people in vulnerable situations and elites. Upon this investigation, it was possible to assess how the studied group comprises poverty, what are their expectations about the role of the government and entities, how they understand the vulnerable people's actions e the potentials and limitations for a democracy conception. By identifying these leaders as belonging to an elite non-state, we sought to further understand the motivation for involvement with an elite association that, at some level, aims to review the tables of inequality. This research was based on a mixed methodology, comprising a survey applied to directors of certified associations, followed by conducting focus groups with a sample of respondents in this survey. The findings indicate that while the group in question recognizes inequality and appears willing to reverse it, naturalizes their evidence and at times even seems to conform to uneven current scenario.

Keywords: Association; FASFIL; Political culture; Elites; Social inequality.

Lista de Quadros

QUADRO 1. QUESTÕES SOBRE DESIGUALDADE	23
QUADRO 2. COMPOSIÇÃO DO GRUPO FOCAL I QUANTO AOS DADOS SOCIOGRÁFICOS.....	28
QUADRO 3. COMPOSIÇÃO GRUPO FOCAL II QUANTO AOS DADOS SOCIOGRÁFICOS.....	29
QUADRO 4. COMPOSIÇÃO GRUPO FOCAL I QUANTO À RESPONSABILIZAÇÃO	30
QUADRO 5. COMPOSIÇÃO GRUPO FOCAL II QUANTO À RESPONSABILIZAÇÃO	31

Lista de gráficos

GRÁFICO 1. EVOLUÇÃO DAS FASFIL NO BRASIL POR ANO DE FUNDAÇÃO 34

GRÁFICO 2. EVOLUÇÃO FASFIL CERTIFICADAS DE MARINGÁ POR ANO DE FUNDAÇÃO.....35

Lista de tabelas

TABELA 1. POLÍTICAS QUE REDUZIRIAM AS DESIGUALDADES SOCIAIS SEGUNDO DIRIGENTES DE FASFIL MARINGAENSE, 2011.....	40
TABELA 2. PROPORÇÃO DE POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS PELA DESIGUALDADE SOCIAL SEGUNDO DIRIGENTES DE FASFIL MARINGAENSE, 2011.....	48
TABELA 3. PROPORÇÃO DE POSSÍVEIS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SEGUNDO DIRIGENTES DE FASFIL MARINGAENSES, 2011.	51
TABELA 4. QUESTÕES RELEVANTES PARA O BRASIL SEGUNDO DIRIGENTES DE FASFIL MARINGAENSES, 2011.	65
TABELA 5. DEPENDENCIA DAS HIERARQUIAS PARA A ORDEM SEGUNDO DIRIGENTES DE FASFIL MARINGAENSES, 2011.	78
TABELA 6. QUEM DEVE SER CONSIDERADO NA ELABORAÇÃO DAS LEIS SEGUNDO DIRIGENTES DE FASFIL MARINGAENSES, 2011.	79
TABELA 7. BRASILEIRO SABE VOTAR SEGUNDO DIRIGENTES DE FASFIL MARINGAENSES, 2011.	83
TABELA 8. RESPONSABILIZAÇÃO DA ELITE SEGUNDO DIRIGENTES DE FASFIL MARINGAENSES, 2011.	93
TABELA 9. A MELHOR SOCIEDADE É AQUELA ONDE CADA UM SABE O SEU LUGAR SEGUNDO DIRIGENTES DE FASFIL MARINGAENSES, 2011.	97
TABELA 10. DIFERENÇAS ENTRE AS MÉDIAS CALCULADAS A PARTIR DOS SALÁRIOS QUE DEVERIAM SER RECEBIDOS POR CADA OCUPAÇÃO, SEGUNDO O PAÍS.	99

TABELA 11. ÍNDICE DE GINI POR PAÍS	100
------------------------------------------	-----

SUMÁRIO

1- Introdução	15
2 - Metodologia.....	23
3 - Entidade	34
3.1 – Ocupando um espaço onde o Estado é omissos	39
4 - Estado	47
4.1 - Expectativas	48
4.2 - Modelos de Estado	54
5 - Assistidos	64
5.1 - Os assistidos e a educação.....	65
5.2 Desdobramentos Do Discurso: avaliações sobre a qualidade democrática	72
5.2.1 - Perda da autonomia.....	77
5.2.2 Desigualdade de direitos.....	82
5.2.3 Apatia.....	87
6 – Elite	92
6.1 - A Dissociação da Elite	93
6.2 – Inversões de valores.....	98
Considerações finais	108
BIBLIOGRAFIA	110
ANEXOS	116

A gente vê que a gente, os senhores aqui, nós somos pessoas privilegiados, né, nessa ida pra sociedade, né.

1- Introdução

Qual é a percepção das pessoas que se propõe a organizar e dirigir associações sem fins lucrativos sobre a desigualdade social brasileira? É essa a questão que instiga a investigação aqui desenvolvida. O foco desta pesquisa é a cultura política dos dirigentes de entidades maringenses sem fins lucrativos com os objetivos mais diversos, mas que têm em comum, de forma direta ou indireta, uma preocupação com problemas sociais.

Ao aderir à abordagem culturalista, parto do pressuposto que as crenças, valores, defesas argumentativas, sentimentos que os indivíduos e grupos elaboram influenciam no sistema político, e assim, são importantes ferramentas para a sua compreensão (RIBEIRO, 2011). A questão que tomo por central é: quem estes sujeitos avaliam como responsáveis pela desigualdade social?

Projeto, como ponto de partida, quatro possíveis responsáveis: as entidades sem fins lucrativos, o Estado, os assistidos (considero aqui como os possíveis beneficiados direto das ações das entidades assistenciais ou caritativas, mas também, de forma mais genérica, refiro-me assim a um grupo de vulneráveis que estão na base da pirâmide social) e, por último, as elites.

Três pontos paralelos são derivados desta questão inicial. Primeiramente, tal análise propicia uma averiguação da representação da pobreza concebida por estes sujeitos e dos processos de estruturação e manutenção das desigualdades sociais.

Para além, configurando-se como um segundo ponto, a temática da desigualdade possibilita ao pesquisador o acesso às perspectivas de mundo dos dirigentes dessas entidades sem fins lucrativos. Assim, favorece a exploração dos valores que entornam este universo associativo, permitindo um olhar sobre a visão que o grupo em foco tem a respeito do papel e das expectativas acerca das entidades a qual representam, do Estado, dos assistidos e das elites. Promove ainda uma avaliação do potencial e das limitações dos valores deste grupo sobre o associativismo e sobre a sua atuação democrática.

Por último, a análise contribui para a identificação do grupo estudado (dirigentes de entidades sem fins lucrativos) como componentes das elites locais. Por conseguinte,

trata-se também de uma investigação da cultura política das elites nãoestatais¹. Remete-se ainda, em alguns momentos, a um quadro de análise mais amplo, quando considerado que os valores aqui coletados, em dada medida, também se referem aos das elites como um todo. Neste aspecto, tem por expectativa desta análise uma proximidade com os valores partilhados pelas elites em geral.

Esta possibilidade de generalização é limitada tendo que este é um estudo de caso marcado pelo cenário maringaense, suas especificidades, suas fundações e seus dirigentes. Ainda assim, ao propor o diálogo dos dados locais aqui coletados com uma bibliografia nacional, é possível, em algum grau, confirmar a representatividade do caso estudado.

Com estes pressupostos, a pesquisa se desenha de maneira a relacionar determinados sujeitos e os valores engendrados por estes sobre determinados objetos. Os sujeitos bases são ora os dirigentes de entidades sem fins lucrativos, ora as elites. Em contraponto, os objetos são a desigualdade social e os possíveis responsáveis por ela (entidade, Estado, assistido, elite).

O desenvolvimento da pesquisa se dá a partir do primeiro objeto – a desigualdade social. Vale estabelecer desde já do que trato. Refiro-me, para fins deste estudo, a uma desigualdade social genérica, que destaca, em grande medida, a questão econômica. Não trato de desigualdades políticas e não problematizo a relação entre desigualdade e grupos minoritários (como questões de raça e gênero). A definição da desigualdade é delimitada ainda pelo entendimento que o grupo tem sobre o conceito, e quais temas discutem a partir da apresentação da ideia de desigualdade².

Um estudo que investigue a visão que um grupo de elite tem sobre a desigualdade se faz relevante primeiramente pela escassez de pesquisas sobre o assunto. Marcelo Medeiros (2006) atenta que o conhecimento acadêmico produziu variados trabalhos sobre a pobreza e a população vulnerável, mas pouco se sabe sobre

¹ Esta terminologia refere-se a grupos de influência (como elites empresariais, sindicais, e outras) que não estão diretamente associadas às tradicionais instituições estatais. A associação das entidades sem fins lucrativos e o termo é elaborada em Gimenes (2011).

² Algumas temáticas que poderiam ser elaboradas pelos participantes a partir da apresentação da problemática “desigualdade social”, (como as discriminações ou o acesso à cultura) não foram desenvolvidas no debate. Já no convite à participação dos grupos focais esse recorte foi feito. Instituições educacionais e de comunicação se recusaram a participar da pesquisa por não se identificarem com a problemática sobre a desigualdade. Ainda que o acesso a elas só foi possível porque estas instituições procuraram o Estado para que fossem certificadas de que seus projetos tem por fim um atendimento ao interesse público.

os que ocupam o extremo oposto. O autor reafirma ainda a importância de estudos sobre a desigualdade que investigue as posturas da população “rica”, tendo que eles seriam diretamente afetados se houvesse políticas redistributivas.

O interesse se faz também em um estudo que explore os valores que os dirigentes de associações projetam sobre a desigualdade social, já que estes conduzem projetos que, em algum grau, problematizam as estruturas de desigualdade. O crescimento (em termos numéricos e de capacidade de influência) que estas entidades vêm ganhando no cenário político e o desconhecimento do fundamento das ações que organizam faz destes atores um alvo de investigação.

Com tais propósitos, a pesquisa toma como material empírico referencial um survey³ realizado com 83 entidades maringaenses e é complementada com grupos focais compostos com uma amostra dos respondentes deste survey. Os respondentes são dirigentes das associações, entidades, fundações, da cidade de Maringá. Refiro-me aqui a associações organizadas, credenciadas e legalmente institucionalizadas.

A seleção destas entidades passa por um crivo de relevância que estas têm para o Estado, ou seja, prestam um serviço para a sociedade que é atestado por órgãos públicos. Foram selecionadas apenas as associações maringaenses que têm algum certificado aprovado pelo governo federal, seja certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), de Utilidade Pública Federal (UPF) ou de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)⁴.

Estas instituições têm ainda grande importância para o cenário político da cidade, representam as cotas da sociedade civil nos conselhos gestores, acabam por influenciar ativamente não apenas as políticas públicas, mas também a estrutura do aparato público como um todo.

Foram incluídas na pesquisa as associações que buscaram com sucesso o Estado para obter os certificados citados, portanto, a seleção das entidades

³ O survey que embasa esta pesquisa intitula-se “Cultura política e elites não-estatais” e foi elaborado para a dissertação de Gimenes (2011).

⁴ Esta seleção segue as escolhas do estudo de Eder Rodrigo Gimenes (2011). Refiro-me aqui a dissertação intitulada “Cultura Política e Democracia: apoio difuso e específico entre um segmento da elite não estatal do município de Maringá (PR)”. Este estudo é fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa tendo que ele embasa metodologicamente e ainda fornece dados empíricos relevantes para a análise do grupo pesquisado.

pesquisadas não considerou o caráter das ações que tais associações reproduzem; ou a origem destas; ou a quais “projetos políticos”⁵ se filiam.

É certo que esta seleção teve como fim um grupo muito específico, tendo que é necessário um interesse e um alto grau de organização e de controle burocrático para obter estes certificados. Grau este incomum para uma grande maioria das associações existentes no cenário brasileiro e maringense.

Ainda assim, esta seleção consegue abarcar uma diversa gama de instituições, tanto quanto ao foco de atuação como aos objetivos. Aglutinando desde grupos que já tradicionalmente demarcam a elite, a associações culturais e educacionais desenvolvidas pelos principais colégios privados da cidade, entidades religiosas caritativas, como ainda fundações de incentivo a pesquisa, grupos culturais folclóricos, ou associações de assistência aos indígenas.

Tendo em vista esta heterogeneidade do grupo estudado, e, conseqüentemente, uma dificuldade em enquadrá-los em uma terminologia que não os defina em um posicionamento político ou instrumental, é que uso a denominação FASFIL (Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos). Esta terminologia jurídica não é amplamente utilizada no meio acadêmico. No entanto, sendo esta nomenclatura, como afirma Landim (2005), “neutra, descritiva e formal”, ela pode servir como uma ferramenta para a compreensão deste grupo tão heterogêneo e amplo.

O termo FASFIL foi criado no início dos anos 2000 fruto de um debate entre pesquisadores e ativistas, envolvendo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) e a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG), entre outros órgãos. Todos estes estavam em busca de um termo consensual que pudesse superar desacordos e “disputas de sentidos” que as denominações anteriores acarretavam⁶. Pretendiam ainda organizar os dados sobre todos os formatos de ação coletiva de forma a produzir um banco de dados completo (LANDIM, 2005). Na definição formulada, são consideradas como FASFIL as

⁵ Trato aqui do conceito de “projetos políticos” formulado por Dagnino, Olvera e Panfichi (2006).

⁶ Entre esses desacordos, o mais significativo no consenso alcançado é o embate entre GIFE e ABONG. Isto porque ambas são organizações de grande relevância no cenário associativo, tendo que a primeira organização defende o termo “terceiro setor” como aglutinador de todas as práticas associativas, enquanto a segunda representa o conjunto de “organizações não governamentais” e se opõe aos ideais do terceiro setor.

associações privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, auto administradas e voluntárias (é necessário para tal classificação que haja algum grau de voluntariado na entidade)⁷.

A escolha da terminologia torna-se importante em uma investigação sobre o associativismo tendo em vista um desacordo na bibliografia. Há inúmeras denominações que tratam um objeto semelhante ao que aqui denomino como FALFIL, cada qual considerando seus critérios, enquadrando um ou outro grupo. O diálogo entre as literaturas é até dificultado dado que em cada estudo trata-se de uma nomenclatura e algumas especificidades no trato do objeto⁸. Sem pretender por fim a discussão sobre a terminologia e a problematização que a embasa é que a denominação neutra FASFIL vem a calhar.

Os estudos que investigam a atuação de entidades sem fins lucrativos se dividem, de forma genérica, em duas possibilidades de análise. De um lado há os autores que defendem o surgimento de uma cena associativa inovadora, de “ações privadas com sentido público” (CARDOSO, p. 8, 1997), promovendo um adensamento da relação entre Estado e sociedade (NURIA, 1996), tendo por foco ações organizadas, eficientes e eficazes (SALAMON, 1997)⁹.

De outro lado há os autores que problematizam a atuação de entidades sem fins lucrativos. Estes interpretam esta inovação como um conciso processo de privatização, despolitização e valorização das relações individuais (OLIVEIRA, 1999). Afirmam que algumas entidades endossam um processo de “encolhimento das responsabilidades sociais [do Estado] e sua transferência para a sociedade civil” (DAGNINO, 2004). Por isso, deve-se “separar o joio do trigo” ao valorizar o associativismo de caráter democrático, contrariando um de ordem neoliberal.

Em linhas gerais, as posturas analíticas sobre o associativismo citadas acima representam a dificuldade em lidar com uma investigação sobre o tema. A análise que

⁷ Informações extraídas do site do IBGE (www.ibge.gov.br). Tal critério segue as determinações do Handbook on nonprofit institutions in the system of national accounts, formulado pela Organização das Nações Unidas e pela Universidade John Hopkins (SILVA, 2011).

⁸ Em estudo anterior sobre a produção acadêmica acerca do terceiro setor, elenco mais de vinte nomenclaturas que são utilizadas para definir o cenário associativo (RIPARI, 2010). E ainda, muitos trabalhos (que não necessariamente tem por objeto terceiro setor), ao se deparar com este entrave, decidem pela divisão de grupos e criação de outras nomenclaturas (isto acontece, por exemplo, no estudo de Pedro Demo (2008), ou no de Ana Claudia Teixeira (2003).

⁹ Estes e outros autores consolidaram termos como terceiro setor, responsabilidade social, entre outros que, em paralelo à pluralização das ONGs, ganharam grande destaque em meados da década de 1990 e início dos anos 2000.

apresento tem por intenção a fuga desta dualidade construída. Os argumentos não consolidam uma aposta nas entidades sem fins lucrativos, como também não tem a finalidade de “negação” destes atores como democráticos e políticos¹⁰. Proponho aqui a tentativa do exercício sociológico de compreensão do que está sendo criado e legitimado pela FASFIL, sem impor uma normatividade anterior à realidade, assim como desenvolve Lavallo (2001; 2011). Uma investigação acerca deste objeto é plenamente justificável tendo que, correspondendo ou não às expectativas criadas sobre a ação e a cultura associativa, o que apresento é a forma que compreendem e fazem política em dado contexto.

Para fins desse estudo, associo ainda o grupo em foco de dirigentes de entidades que compõem a FASFIL como um grupo pertencente às elites – compondo assim um segundo sujeito da pesquisa.

Um primeiro critério que possibilita esta associação é delineado pelos dados sociográficos extraídos pelo survey base. A partir destes dados, é possível associar os entrevistados a um grupo de elite tendo em vista a escolaridade e renda (dois pontos utilizados na bibliografia para distinguir grupos de elite)¹¹.

Quanto à escolaridade, a maioria dos entrevistados (69,5%) já concluiu o ensino superior. Na estatística nacional, a população com este nível de escolaridade representa 7,9%. Já sobre a renda familiar, 75,6% da amostra afirmou ganhar mais de cinco salários mínimos. Os números nacionais mostram que apenas 5,2% da população tem este rendimento¹². Os dados acima evidenciam que se trata de um grupo seletivo da população, sua escolaridade e renda os distinguem.

Como segundo critério há o fato de ocuparem cargos de poder, tanto em relação à entidade representada como em relação ao contexto político municipal. Dahl, ao definir os estudos sobre a elite afirma: “se uma hipótese da elite dirigente diz algo, certamente afirma que dentro de um sistema político específico há um grupo de

¹⁰ Szwako (2009), ao analisar a produção da década de 1990 sobre o associativismo (mais especificamente sobre o grupo CENEDIC), observa um “desencanto teórico-político” nos autores críticos ao neoliberalismo, derivado da não concretização dos ideais democráticos esperados. Segundo o autor, tal bibliografia que nas décadas anteriores era original e enriquecedora em seus estudos sobre os “novos sujeitos políticos”, transforma-se em meras “descrições negativas” sobre a anulação política destes tempos.

¹¹ Sobre definição de ricos ver em Medeiros (2005; 2003). Sobre a influência da educação para a definição ver em Holzacker (2006).

¹² Os dados nacionais foram extraídos do Censo 2010.

pessoas que exerce algum grau de poder ou influência sobre os outros atores no sistema” (DAHL, 1958, p. 463, tradução nossa). Ou seja, o fator diferenciador para o autor é a capacidade de determinado grupo de exercer poder sobre os outros. O autor acrescenta ainda que para definir um grupo de “elite dirigente” é necessária uma verificação da real influência que tal grupo exerce, sendo possível distingui-lo de outros grupos da não elite.

Esta definição elaborada por Dahl pode ser relacionada ao grupo estudado, sendo ainda possível verificar a “real influência” dos dirigentes de FASFIL. Eder Gimenes (2011) enquadra o grupo de dirigentes da FASFIL como um segmento da elite nãoestatal ao ressaltar o poder de influência que seus dirigentes têm para o cenário político municipal, envolvidos ou provendo diversas atividades com as mais variadas finalidades sociais. Afirma também que 47,6% das entidades que compõem a amostra do survey aplicado na pesquisa ocupam cadeiras nos conselhos gestores municipais. Desta forma, a participação em associações fundamenta uma rede de influências e, sendo amplamente legitimados como representantes da “sociedade civil”, articulam-se no entorno das principais decisões municipais.

Por tais pressupostos, o termo elite é pensado neste trabalho como uma forma de distinguir um grupo de dirigentes nãoestatais que detém um grande poder de decisão.

No entanto, para a concepção de elite trabalhada nesta pesquisa, constatar a capacidade de influência destes não tem por consequência a compreensão de que se trata de um grupo de maior relevância que outros (em termos científicos). Elaborei esta ressalva com o intuito de diferenciar esta argumentação de alguns estudos sobre as elites que justificam tal supremacia, supondo que por tratarem de atores com grandes poderes de decisão, seriam também objetos de estudos mais valorosos que quaisquer outros grupos.

A argumentação de Elisa Reis (2000) corrobora com minha perspectiva. Reis concorda que é inegável a centralidade das elites tendo em vista seu poder de decisão na formulação e implementação de políticas públicas, acrescentando que dificilmente uma política não desejável a eles será implementada. Contudo, não ignora a ação da não elite dada a sua influência na concepção da elite.

Ou seja, a cultura política destes grupos não pode ser dissociada dos outros, pois é incontestável que a construção da percepção da elite, em grande medida, leva em conta os valores e crenças de grupos de pressão, de reivindicação, e até mesmo do cidadão mediano. Assim, é desnecessária uma medida de qual grupo tem mais importância para a compreensão de um dado fenômeno.

Outra ressalva possível à adesão do conceito de elite é encontrada em Bachrach e Baratz (2011). Os autores elaboram uma crítica a alguns estudos elitistas que concebem um sistema de poderes estáveis, promovendo assim, uma ideia estática, e avaliando todo sistema como ordenamento do poder destes grupos.

Os autores acrescentam ainda que em um estudo sobre o poder não deve se focalizar apenas em “ações concretas” (a tomada de decisão e capacidade de influência). Isto porque defendem que o poder tem “duas faces”. Uma é esta aparente, o poder verificável de influenciar outros; outra são os esforços aplicados para construir a reputação de que se tem poder. Desta forma, não negam o poder de decisão, mas acrescentam que qualquer ação que tenha por finalidade a limitação do outro na participação das decisões políticas também deve ser levada em conta em um estudo sobre o poder.

Estas ressalvas expostas acima são pressupostos para a concepção de elite desenvolvida neste estudo. Neste aspecto, a abordagem tanto investiga a percepção que a elite estudada constrói sobre os objetos, como também avalia os meios que possibilitam a criação da reputação deste grupo como uma elite.

As delimitações apresentadas acima projetam o desenho da pesquisa. Este é um estudo sobre a cultura política de um grupo específico do associativismo, como também sobre a elite composta por este grupo. São aqui abordados os valores e crenças consolidados por estes sujeitos sobre a desigualdade social, a entidade, o Estado, os assistidos e a elite.

2 - Metodologia

Para esta investigação foi utilizada uma metodologia mista que combina técnicas de pesquisa e análise quantitativas e qualitativas. O correspondente quantitativo da pesquisa, o survey, compreende uma interação direta com um grande número de pessoas questionando-lhes sobre suas crenças, opiniões, comportamentos (NEUMAN, 2004). Para a seleção dos participantes da pesquisa, deve ser considerada a representatividade da população que se deseja investigar.

O survey que embasa este estudo tem como população os representantes (presidentes, ou pessoas com altos cargos administrativos) das FASFIL cadastradas da cidade de Maringá. O levantamento destas entidades foi realizado no ano de 2010, e, nesta data, havia cento e treze entidades certificadas com um dos três cadastros considerados na pesquisa (UPF, CEBAS ou OSCIP). A partir desta população, selecionou-se uma amostra de oitenta e duas entidades. Este tamanho de amostra é representativo para o cálculo de 95% de nível de confiança (GIMENES, 2011). A coleta de dados foi realizada entre outubro de 2010 e março de 2011.

É a partir dos dados coletados e tabelados que o recorte para os objetivos desta pesquisa é feito. Tomo por base uma bateria de perguntas em que os entrevistados deveriam responder em uma escala de 1 a 10, quão responsáveis pela desigualdade social são os atores ou instituições mencionados em cada uma das sentenças. Selecionei nesta bateria seis questões, agrupando-as a três possíveis responsáveis: o Estado, a elite e os assistidos (QUADRO 1).

QUADRO 1. QUESTÕES SOBRE DESIGUALDADE

Questões do survey / base investigativa	Possíveis responsáveis
O não cumprimento das funções sociais do Estado	Estado
Falta de vontade política	
Falta de consciência social das elites	Elite
Monopolização das oportunidades por poucos	
Concentração de renda	
Falta de empenho dos pobres	Assistidos

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Incluí ainda a verificação de como os entrevistados entendem a relação das FASFIL com a desigualdade. Desta forma, a investigação foi formulada contando com a especulação sobre quatro possíveis responsáveis: Estado, elite, assistido e entidade¹³.

Quanto à parte qualitativa desta pesquisa, organizei dois grupos focais, cada um contendo um encontro único. A intenção era que cada encontro tivesse de seis a oito participantes. No entanto, dadas as dificuldades na elaboração da dinâmica e tendo ainda um número pequeno de potenciais participantes da pesquisa, a coleta de dados foi efetuada com um primeiro grupo composto por quatro integrantes, e um segundo por formado por três¹⁴.

A formulação da dinâmica do grupo focal foi embasada nos responsáveis inicialmente selecionados no survey¹⁵. Primeiramente, a fim de compreender como os entrevistados entendem o papel do Estado no problema da desigualdade social, foram apresentados aos entrevistados duas charges sobre o programa bolsa família (IMAGEM 1)¹⁶. Na primeira, há uma constatação da pobreza como um problema social de relevância e ainda uma crítica à insuficiência do programa. Na segunda há uma postura contrária ao programa, pois sugere que a política de bolsas desfavorece o trabalhador. Sem nenhuma explicação sobre os significados das charges, os entrevistados foram inicialmente convidados a expor suas impressões sobre as mesmas.

¹³ Ver principais questões do survey utilizadas na pesquisa no Anexo II.

¹⁴ Em geral, a bibliografia sobre grupos focais indica que se deve fazer a dinâmica com grupos de 6 a 10. No entanto, Barbour (2009) afirma que é possível realizar grupos focais que tenham a partir de três participantes.

¹⁵ Foi realizado um pré-teste com esta dinâmica com participantes aleatórios. A organização da dinâmica do grupo focal está na íntegra no Anexo I.

¹⁶ Versões ampliadas das charges no Anexo I.

IMAGEM 1. CHARGES SOBRE O “BOLSA FAMÍLIA”



Em um segundo momento, os entrevistados foram questionados sobre a atuação da própria entidade. Finalizando, os participantes foram apresentados a seis sentenças com possíveis motivações para a atuação em FASFIL. Nestas sentenças há elementos que responsabilizam ora a elite, ora os assistidos, ora o Estado. Os entrevistados deveriam então se posicionar em relação a cada tendência, escolhendo quais sentenças acreditam ser mais motivadoras.

A metodologia de Grupos focais consiste na promoção de encontros com um grupo de participantes para que debatam (sobre temas previamente organizados pelo pesquisador) sob a coordenação de um moderador. Uma pesquisa com grupos focais não se pretende produtora de consensos e generalizações. Como em outras metodologias qualitativas, a finalidade é o desenvolvimento de explicações e conceitos em um exercício de compreensão dos significados (RITCHIE; LEWIS, 2003). Como explica Barbour (2009), a finalidade desta metodologia não é a produção de resultados, e sim proporcionar “insights de processos”, ou seja, os resultados trazem reflexões que enriquecem as análises dos processos, mas não chega a uma conclusão fechada.

Nos grupos focais não é analisado o que determinado grupo pressupõe como verdade (como em uma máxima: “o que pensam os associados”), nem investigado a percepção dos participantes individualmente. Os grupos focais se distinguem de outras técnicas por centrar na interação entre o grupo, na construção de argumentos, no pensamento dos participantes em dado contexto.

Há nos encontros uma negociação, como em uma arena, e o grupo organiza um mínimo comum entre suas perspectivas particulares. A promoção deste debate

possibilita que discussões que estejam em um âmbito privado, apenas como experiências individuais, possam se tornar públicas (BARBOUR, 2009). E é nesses conflitos de diferentes perspectivas se tornando públicas e na tentativa de, em conjunto, criar acordos e desacordos, que está o cerne dessa metodologia.

É relevante enfatizar que o foco da pesquisa em questão não são as associações e suas ações, mas sim a cultura política dos entrevistados. No contexto da metodologia dos grupos focais isto significa afirmar que o alvo da análise são os argumentos dos participantes, as explicações que darão para o fenômeno da desigualdade, a exposição de valores a defender esta ou aquela prática.

Para a amostra dos grupos focais foram selecionados os dirigentes de associações que responderam ao survey. Como o caso desta pesquisa o interesse central é a compreensão de um todo a fim de levantar reflexões sobre como a desigualdade é tratada por estas associações, não seria conveniente compor uma amostra de casos típicos ou excluir um grupo intencionalmente.

Inicialmente, o critério de seleção da amostra seria o desvio. Neste gênero de amostra, os integrantes da pesquisa são escolhidos por serem casos extremos, e assim possibilitam um quadro geral do tema discutido (FLICK, 2009). Segundo Ritchie e Lewis, em amostras desviantes “os casos são escolhidos porque eles são incomuns ou especiais e, portanto, potencialmente esclarecedores.” (RITCHIE; LEWIS, 2003, p. 79, tradução nossa).

A pretensão com a amostra de desvio era formar um grupo que compreendesse toda a diversidade da população. Para tal, a base de dados do survey foi utilizada na tentativa de controlar quem seriam os participantes dos grupos focais. Algumas variáveis correspondentes aos dados sociográficos (sexo, idade, escolaridade, e renda) e a identificação política foram selecionadas com esta intenção¹⁷.

As respostas referentes às questões base do survey sobre responsabilização da desigualdade social configuram outros dados utilizados na composição da amostra para os grupos focais. O objetivo era controlar as respostas para compor um grupo diversificado, agrupando pessoas que responsabilizam o Estado, outras que

¹⁷ A seleção destas variáveis se deve a verificação de que elas influenciam na percepção dos participantes, conforme comprova Gimenes (2011) em seu estudo.

responsabilizam a elite, e assim por diante. Tal planejamento intencionou a promoção de um debate com visões contrastantes.

No entanto, o número de negativas para a participação do grupo focal foi grande, e diante da necessidade de rápida substituição dos participantes, não foi possível manter total controle sobre as variáveis selecionadas.

Desta forma, a amostra dos grupos focais foi composta seguindo o critério de conveniência. Segundo Ritchie e Lawis (2003), neste critério a amostra é composta dada a facilidade de acesso. A conveniência é considerada tendo em vista a disponibilidade da população para a participação na pesquisa. Ainda assim, algumas variações relevantes foram mantidas e, mesmo com baixo nível e pouco controle, a amostra segue um critério de desvio. Demonstrarei na sequência as respostas encontradas no survey e a seleção feita a fim de ilustrar quem são as pessoas que compuseram os grupos focais e expor as dificuldades para a composição de um grupo desviante.

A análise das respostas do survey aponta que o grupo de dirigentes é, em grande medida, homogêneo quando observado as variáveis selecionadas. Entre os entrevistados, 58,5% são homens, 57,3% têm mais que 50 anos, 69,5% possuem graduação concluída ou pós-graduação (sendo que apenas quatro respondentes não completaram o ensino médio) e ainda apenas 15,9% tinham uma renda de até três salários mínimos. Na questão sobre identificação ideológica, o respondente deveria se enquadrar em uma escala de 1 a 10, na qual 1 representa o extremo esquerdo e 10 o extremo direito. 61,3% responderam estar entre os níveis 5, 6 e 7. Apenas uma pessoa se identificou na extrema direita (nível 10) e a resposta mais à esquerda é o nível 2 (apenas uma pessoa identificou-se desta forma).

Uma amostra de desvio sob estas circunstâncias de homogeneidade é profícua ao buscar demonstrar as divergências existentes para além dos dados gerais. Mas, ao mesmo tempo, a homogeneidade dificulta a tarefa de compor um grupo que contemple os desvios tendo poucas pessoas que podem representar tal diversidade.

Tendo por base as variáveis consideradas (sexo, idade, escolaridade, renda e posicionamento ideológico), foi possível compor dois grupos com certa heterogeneidade. Os quadros que seguem (QUADRO 2; QUADRO 3) apresentam as

respostas obtidas no survey de cada participante do grupo focal, sendo possível com elas a observação da variedade do grupo composto. Atento ainda que os nomes dos participantes são fictícios, a fim de não comprometer o princípio de confidencialidade. Os nomes fictícios não são citados na exposição dos discursos nos capítulos posteriores para não possibilitar a correlação entre fala e entrevistado.

QUADRO 2. COMPOSIÇÃO DO GRUPO FOCAL I QUANTO AOS DADOS SOCIOGRÁFICOS

Participantes	Sexo	Idade	Escolaridade	Renda	Identificação política¹⁸
Mauro	Masculino	45	Superior incompleto	De R\$ 2.551,00 até R\$ 5.100,00	5
Yuri	Masculino	64	Pós-graduado	De R\$ 10.201,00 até R\$ ou mais	6
Laura	Feminino	47	Superior completo	De R\$ 2.551,00 até R\$ 5.100,00	4
Vanderlei	Masculino	66	Médio completo	De R\$ 10.201,00 até R\$ ou mais	6

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

¹⁸ A identificação política no survey foi questionada em uma escala de 1 a 10, na qual 1 equivale a totalmente esquerda e 10 a totalmente direita.

QUADRO 3. COMPOSIÇÃO GRUPO FOCAL II QUANTO AOS DADOS SOCIOGRÁFICOS

Participantes	Sexo	Idade	Escolaridade	Renda	Identificação política ¹⁹
Roberto	Masculino	54	Superior completo	De R\$ 5.100,00 até 10.201,00	8
Tânia	Feminino	42	Pós-graduado	De R\$ 5.100,00 até 10.201,00	7
Januário	Masculino	65	Superior completo	De R\$ 2.551,00 até R\$ 5.100,00	5

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Outro quesito do questionário considerado para a seleção da amostra foi o bloco que contém as questões base. O problema relatado sobre a dificuldade de composição de uma amostra diversificada se repete aqui, pois os respondentes se comportaram de forma similar nas respostas às questões base do survey. A grande maioria concordou sobre a responsabilização do Estado, sendo que apenas quatro respondentes negam contundentemente a esta afirmação. Quanto aos assistidos, os dirigentes se posicionaram sem extremismos na questão que trata deste grupo. Dos respondentes, 73,2% responderam entre os níveis 4 a 8 que a falta de empenho dos pobres pode ser responsabilizado pela desigualdade. Sendo assim, poucas foram as pessoas que responsabilizaram ou desresponsabilizaram os assistidos. As respostas sobre

¹⁹ A identificação política no survey foi questionada em uma escala de 1 a 10, na qual 1 equivale a totalmente esquerda e 10 a totalmente direita.

responsabilização da elite foram mais diversificadas, entretanto, apenas duas pessoas negaram a responsabilização da elite.

Os quadros abaixo (QUADRO 4; QUADRO 5) associam os participantes selecionados para o grupo focal a suas respostas no survey, tendo em vista as questões sobre responsabilização selecionadas. Para tais questões, os dirigentes deveriam responder em uma escala de 1 a 10, quão responsável pela pobreza cada fator é (tendo para 1 pouco e 10 muito responsável). A intenção foi a de compor um grupo focal com participantes com opiniões diversificadas sobre quem responsabilizam. A última coluna da tabela conclui, com base nas respostas obtidas nas colunas anteriores, quem o participante identifica como responsável pela desigualdade social. É possível verificar que houve uma relativa variação na composição dos grupos, sendo plausível, com esses dados, contornar um perfil dos participantes.

QUADRO 4. COMPOSIÇÃO GRUPO FOCAL I QUANTO À RESPONSABILIZAÇÃO

Participantes	Estado		Elite			Assistido	Responsável
	Não cumprimento das funções sociais do Estado	Falta de vontade política.	Falta de consciência social das elites.	Monopolização das oportunidades por poucos.	Concentração de renda.	Falta de empenho dos pobres.	
Mauro	10	10	6	3	3	10	Estado e assistido
Yuri	8	9	8	6	4	7	Estado
Laura	4	10	10	6	6	5	Confuso ²⁰
Vanderlei	9	10	8	9	9	5	Estado e elite

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011

²⁰ Considero como confuso os respondentes que tiveram algumas respostas positivas ou negativas para determinado responsável, mas não foram respostas contundentes.

QUADRO 5. COMPOSIÇÃO GRUPO FOCAL II QUANTO À RESPONSABILIZAÇÃO

Participantes	Estado		Elite			Assistido	Responsável
	Não cumprimento das funções sociais do Estado	Falta de vontade política.	Falta de consciência social das elites.	Monopolização das oportunidades por poucos.	Concentração de renda.	Falta de empenho dos pobres.	
Roberto	1	1	1	1	1	1	Nenhum – respostas negativas
Tânia	10	10	8	7	9	5	Estado e elite
Januário	5	6	5	4	3	5	Indiferente – respostas medianas

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

A homogeneidade da população em questão, assim como demonstrado, dificultou a composição de grupos heterogêneos. Deve ser considerado ainda que o universo de possíveis participantes é pequeno (apenas os oitenta e dois respondentes do survey)²¹.

Os esforços na organização dos grupos focais tiveram por objetivo a composição de grupos que representassem uma heterogeneidade a fim de explorar os diversos pontos de vista e avaliações possíveis de serem encontrados nas FASFIL. No entanto, ainda que haja uma relativa diversidade quanto aos dados sociográficos e a responsabilização, não houve desacordos ou embates nas argumentações dos grupos focais. Pelo contrário, durante a exposição dos argumentos havia sempre outros participantes fazendo intervenções para demonstrar concordância.

Por este comportamento, verificou-se que não há como garantir que o indivíduo que respondeu de determinada maneira no survey manterá seu posicionamento no grupo focal. Isto aconteceu, por exemplo, com Roberto. Foi grande a insistência para que ele participasse da dinâmica do grupo focal, já que é um dos poucos respondentes que nega a responsabilização do Estado. Entretanto, na dinâmica, Roberto se

²¹ Estes fatores justificam ainda o reduzido número de participantes nos grupos focais.

posicionou a confirmar a responsabilidade do Estado, assim como os outros participantes.

Ao avaliar esta divergência entre a resposta do survey e a argumentação no grupo focal deve ser considerado que as duas dinâmicas foram realizadas com um espaçamento de tempo de mais de um ano, em contextos distintos. Há de ser considerado ainda que os participantes eram todos representantes de entidades conhecidas e reconhecidas em âmbito municipal. Um posicionamento mais marcadamente discordante poderia por em risco a rede de relações entre entidades.

Outro ponto a ser considerado é o fato de se tratar de metodologias distintas. Os surveys conduzem a dados relevantes à medida em que produzem generalizações, não sendo possível buscar retratações para respostas individuais. Por outro lado, as conclusões dos grupos focais são extraídas da argumentação dos participantes, tendo que a resposta individual faz referência, ao mesmo tempo, às experiências individuais e à interação do grupo.

Faço aqui alguns esclarecimentos a fim de expor estas divergências entre metodologias e explicitar as diretrizes para uma análise mista. O diálogo entre metodologias quantitativas e qualitativas não são plenamente aceitas por toda a literatura. Muitos autores são contrários, pois afirmam ser duas metodologias de essências distintas, não podendo tratá-las juntas. Os autores que defendem as metodologias mistas reconhecem esta diferença essencial, por isso afirmam que metodologias quantitativas e qualitativas não devam apenas ser fundidas na pesquisa, mas devem ser tratadas contando suas especificidades (RITCHIE, 2003).

Barbour (2009) afirma que as metodologias qualitativas e quantitativas não são necessariamente mutuamente excludentes, se bem trabalhadas, elas podem ser complementares. As ideias de Ritchie confirmam esta perspectiva: “Cada uma das duas abordagens de pesquisa proporciona um tipo distinto de provas. Quando usados juntos, elas podem oferecer um recurso poderoso para informar e esclarecer políticas ou práticas” (RITCHIE, 2003, p.51).

O encontro de duas metodologias distintas neste trabalho tem por pretensão um enriquecimento dos dados, sem nenhuma intenção de produzir provas para definir a melhor metodologia. Neste sentido, as relações entre as metodologias qualitativa e

quantitativa são interativas. Em um primeiro momento, os grupos focais aprofundaram questões que surgiram dos resultados do survey, este delinea a população e a amostra. E ainda, em um segundo momento de análise de dados, a reflexão é orientada tanto pelos dados obtidos no survey, quanto nas discussões dos grupos focais.

A análise apresentada a seguir é dividida em quatro capítulos, trata-se das elaborações coletadas sobre cada um dos possíveis responsáveis estipulados primariamente. No primeiro capítulo examino o entendimento que os dirigentes têm sobre as FASFIL. No segundo aponto as expectativas que criam sobre a ação do Estado. No terceiro especulo acerca da imagem que criam dos assistidos e as limitações que se implicam desta. Por último, a figura como retratam a elite demonstra-se como uma chave explicativa para toda a percepção apresentada.

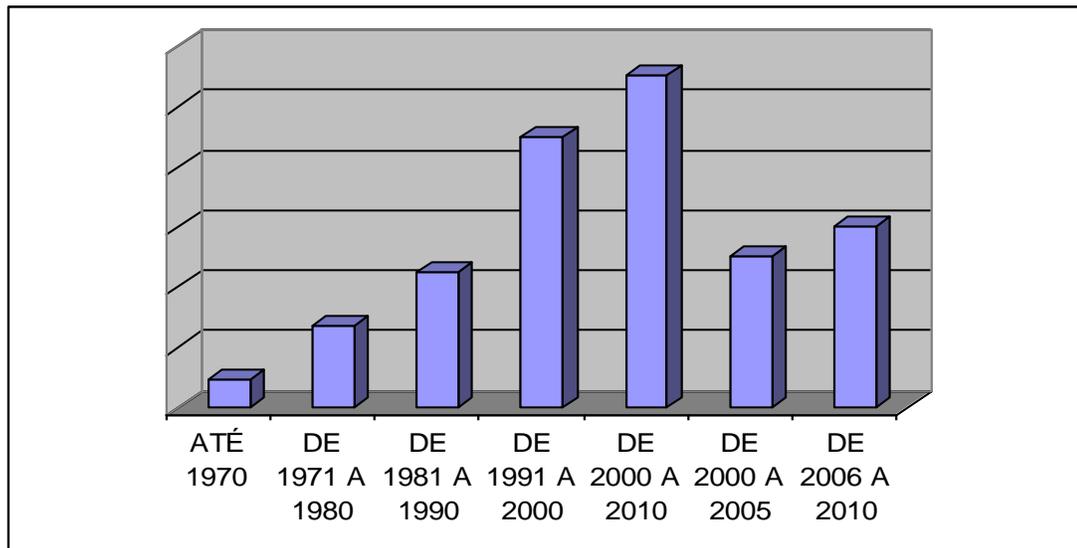
Desta forma, a investigação apresenta ao leitor um olhar sobre a percepção dos dirigentes das FASFIL, como também, alude a um olhar destes sujeitos, suspensos, sobre a desigualdade.

3 - Entidade

As entidades aqui estudadas consolidaram seu modelo associativo a partir dos anos de 1990. Neste modelo impera ações “ativas e propositivas” (GOHN, 2010), fragmentadas e privadas (PAOLI, 2002), pontuais e delimitadas (ALMEIDA, 2006). Ele se delineia mais precisamente após esta década, mas aglutina algumas entidades mais antigas. Ainda que haja um padrão geral direcionando depois de meados de 1990, há uma heterogeneralidade e pluralidade no que confere aos formatos associativos e seus respectivos atores e intenções (GOHN, 2010). Em meio a esta diversidade associativa encontram-se as FASFIL.

Segundo o IBGE, existiam em 2010 no Brasil 290,7 mil FASFIL. Estas entidades seguem um intenso processo de ampliação no cenário associativo nas últimas três décadas, ainda que o ritmo de crescimento venha decaindo atualmente (IBGE, 2012), conforme ilustrado no gráfico a seguir (GRÁFICO 1) ²².

GRÁFICO 1. EVOLUÇÃO DAS FASFIL EM ATUAÇÃO NO BRASIL POR ANO DE FUNDAÇÃO



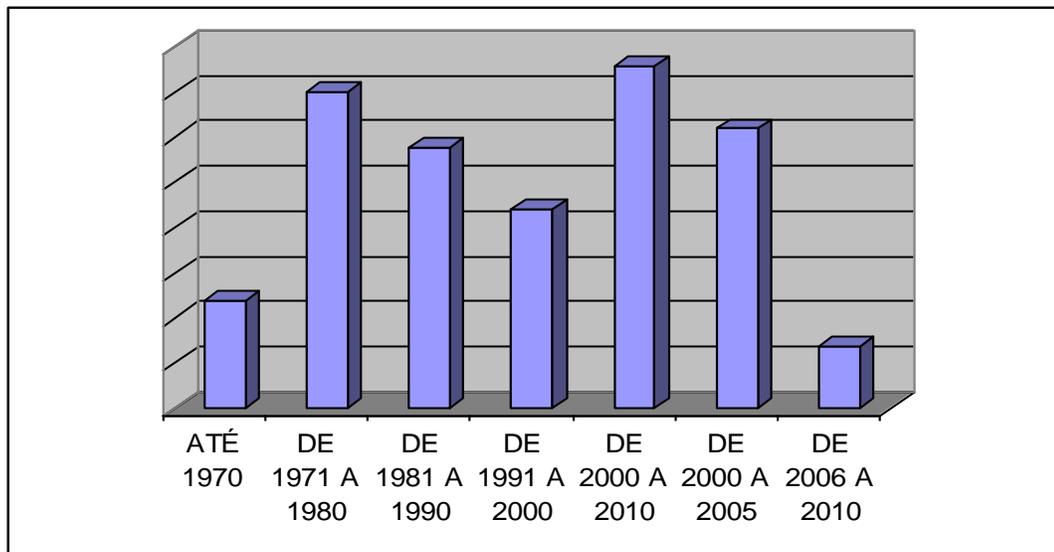
Fonte: IBGE, 2012.

²² O ritmo de crescimento das FASFIL é ainda menos intenso do que ilustra o Gráfico 1 se considerado os dados do relatório do IBGE de 2002. Neste, o número de entidades existentes fundadas entre os anos de 1971 e 2000 é maior do que as existentes em 2010 nos mesmos anos. Os dados apontam que além de uma redução do crescimento, muitas entidades mais antigas deixaram de existir neste período.

Os dados produzidos pelo instituto de pesquisa apontam ainda que as FASFIL estão migrando para as regiões Norte e Nordeste. As entidades mais antigas, em sua maioria, estão localizadas no Sul e no Sudeste.

Em contraste ao gráfico nacional, as FASFIL certificadas de Maringá não estão em contínuo crescimento (como demonstrado no GRÁFICO 2). A quantidade de entidades fundadas na década de 1970 é superior às fundadas nas duas décadas subsequentes. E ainda, o número de entidades criadas nos últimos anos da década de 2000 é inferior ao criado nos últimos anos.

GRÁFICO 2. FASFIL CERTIFICADAS DE MARINGÁ EM ATUAÇÃO POR ANO DE FUNDAÇÃO



Fonte: IBGE, 2012.

Nos grupos focais os participantes narram suas percepções sobre o processo histórico de estabelecimento das FASFIL e a atual situação. Exporei aqui seus relatos para auxiliar na compreensão dos dados apresentados acima e ainda um contraste com as conclusões da bibliografia sobre o tema. Não há tempo determinado nas falas, ainda assim, a avaliação dos próprios participantes sobre a constituição das entidades apresenta-se como uma versão desveladora.

Segundo os participantes, havia um tempo anterior em que não existiam critérios para os repasses de dinheiro, apenas algumas instituições eram beneficiadas por “camaradagem”. Isto mudou posteriormente com a regularização da atividade das entidades.

Me chamaram uma vez lá e falaram assim: ‘você vão começar a receber uma subversão da prefeitura’. ‘Ué, o que é isso daí?’ ‘É um dinheiro. A prefeitura vai repassar pra vocês esse dinheiro por mês’. Antes (...) dava na base do favor, na base da amizade, pra meia dúzia (...). [Depois] passou a dar pra 60 ou 70 entidades que cumpriam regulamentos impostos pelo governo. Então você recebia lá uma subversão do... do... do município. É... pra você poder fazer determinadas... custear determinadas coisas dentro da entidade.

Com poucas cobranças por parte do Estado e muitos repasses, as entidades tinham um terreno fértil para prosperarem. Neste período, houve um crescimento das instituições, no entanto, posteriormente seguiu-se um maior rigor com a atuação e a criação de variadas leis. Os entrevistados afirmaram serem prejudicados com este aumento do rigor. O participante narra abaixo esse processo de criação de legislações e exigências que, para ele, atrapalha a atividade da entidade.

Em Maringá nós temos asilos, hospitais, creches, orfanatos, e aí vai. Foi se criando tudo isso... tornou-se até um problema, diga-se de passagem, viu. Porque foi uma realidade no Brasil, falando em termos de Brasil, foi uma realidade e hoje é outra. Hoje as leis, as exigências, são extremamente exigentes, quase que inviáveis de.. de prosseguir. Vocês que têm uma casa sabem o que é isso aí, e nós estamos até encaminhando para um enxugamento dessas entidades.

Segundo a interpretação dos participantes, foram criadas leis mais rígidas depois de evidenciados casos de desvio de dinheiro público envolvendo ONGs. Por um lado, concordam com a necessidade de fiscalizar as FASFIL por haver a possibilidade de estas serem corruptas. Ou seja, reconhecem que a atuação da “sociedade civil” não é

virtuosa por natureza²³. Por outro, é unânime a opinião de que com o aumento das exigências a atividade está sendo “inviabilizada”.

Os entrevistados entendem que o Estado, ao criar uma burocratização para a atuação das entidades, força-os à profissionalização. Como afirma um dos participantes: “eles [o Estado] estão empurrando a gente pra um lado profissional”. Este argumento contraria a bibliografia. Até então se avaliou que a profissionalização seria uma escolha das entidades por uma atuação mais próxima ao mercado, em outros termos, uma atuação que buscasse maior eficiência e eficácia (ALMEIDA, 2006; FALCONER, FERNANDES, 1997; 1999; PAOLI, 2002; SOBOTTKA, 2003). No entanto, ao que me parece, os entrevistados preferiam o tempo de menor controle sobre a atividade, menos profissionalização e maiores recursos.

Em meio a poucas ressalvas sobre como este esforço à regulamentação das entidades é benéfico as suas ações, de modo a objetivar e direcionar suas prioridades, a maioria dos relatos é de reclamações. O trecho a seguir demonstra a insatisfação dos dirigentes com a profissionalização, julgando seus esforços neste sentido como gastos desnecessários e perda de tempo.

O que está acontecendo entre as entidades não governamentais é justamente isso, elas estão sendo penalizadas por uma burocracia absurdamente, absurda. Que muda a todo dia. (...) Você tem que gastar uma nota preta em consultoria, com contador com burocrata, pra você saber fazer um projeto, pra você saber fazer uma prestação de contas, quer dizer toda aquela demanda que poderia ser objeto do seu projeto passa a ser da atividade meio, não é verdade? Você passa mais tempo na atividade meio do que na atividade fim, que é você atender o problema.

²³ Esta é uma discussão apresentada na bibliografia. Por um lado, alguns autores, como Avritzer (1999), defendem que o associativismo possibilita uma construção de laços de solidariedade entre a “sociedade civil” sem necessariamente ser mediado por outras esferas como o mercado e o Estado. Por outro lado, muitas críticas foram feitas a esta concepção, discordando de uma associação direta da “sociedade civil” como o “polo de virtudes” (LAVALLE, 2001; DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006). Aparentemente, essas críticas têm reflexos no mundo associativo.

A crítica elaborada pelos entrevistados é direcionada principalmente à atuação do Estado. Julgam que as leis são criadas de cima para baixo, sem o conhecimento das reais necessidades das entidades. Há algumas afirmações que indicam que o aumento do rigor tem incentivado as entidades a burlar a legislação criada para fiscalizá-los. “Você sabe que a lei, a burocratização, ela não tá pegando quem rouba, ela tá fazendo com que as pessoas que faziam tudo certo e falavam verdade, tão procurando caminhos pra continuar cumprindo seu objetivo.”

Em suma, os dirigentes indicam com suas narrativas que não querem que suas atividades sejam controladas, pois desta forma está se “engessando” a atividade da entidade:

Então o grande problema que o país tá passando, eu não sei como que a gente vai sair dessa. Eu acho que estão acontecendo algumas constatações já, mas nós não estamos sendo capaz, nós enquanto país, de sair desse bolo né. E as entidades estão sofrendo demais com isso. Então nós temos carência, nós temos pobreza, nós temos uma série de problemas, temos voluntários, temos pessoas capazes com vontade de mudar essa realidade, mas nós estamos engessados.

Assim, segundo os entrevistados, há uma vontade de ação por parte dos participantes das entidades que está sendo travado pelo Estado e suas exigências.

A descrição feita pelos dirigentes possibilita formular uma hipótese para o decréscimo de entidades apresentado nos dados no início do capítulo (GRÁFICOS 1 e 2). Os anos de ampliação do número de FASFIL podem ser associados aos tempos descritos de grandes repasses de recursos sem muito controle, sendo seguido pelo tempo atual de maior rigor da atividade das entidades com a diminuição da quantidade de entidades.

3.1 – Ocupando um espaço onde o Estado é omissivo

Como desenvolvem os participantes, de um lado há as entidades se esforçando para atuar e auxiliar os assistidos, de outro há o Estado colocando impasses. Entre estas duas ações, os dirigentes exploram qual é a responsabilidade da entidade para com a desigualdade social.

Primeiramente, pelos grupos focais é possível afirmar um reconhecimento entre os dirigentes de que a desigualdade social é um problema relevante. O trecho abaixo descreve as primeiras impressões de um dos participantes sobre as charges apresentadas: “mostra uma coisa que é muito real, que é aquilo de ter a pessoa carente, quer seja carência financeira, de saúde, de conhecimento, ou tudo isso somado”.

É possível ainda verificar que os dirigentes reconhecem como de grande importância a ação das FALFIL para a resolução destas desigualdades, e conseqüentemente, valorizam o trabalho a que se empenham. No survey, como ilustro na TABELA 1, apenas 1,2% respondeu não haver relação entre as ações das “entidades sem fins lucrativos” e a redução das desigualdades²⁴. Confirmando este reconhecimento, 75,6% afirmaram que a atuação das FASFIL proporciona em altos níveis a redução das desigualdades, e ainda 45,1% dos entrevistados pensam que esta contribuição representa o máximo – 10 em uma escala de 1 a 10.

²⁴ Esta estatística considera as respostas do extremo negativo (respostas entre 1 e 3).

TABELA 1. POLÍTICAS QUE REDUZIRIAM AS DESIGUALDADES SOCIAIS SEGUNDO DIRIGENTES DE FASFIL MARINGAENSE, 2011.

	Extremo Positivo níveis de 10 a 8	Extremo Negativo níveis de 1 a 3
Serviços públicos mais eficientes	75,6	3,7
Impostos mais progressivos	29,9	15,9
Ampliar gastos com programas sociais	49,9	2,4
Reforma agrária	27,9	27,9
Apoio a entidades não lucrativas para ação social	75,6	1,2

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Na interpretação dos entrevistados, é mais viável e eficaz para a redução das desigualdades a atuação das entidades não lucrativas do que o investimento em programas sociais ou a revisão na cobrança de impostos (75,6% contraposto a 49,9% e 29,9% respectivamente representam as respostas dos extremos positivos).

Os dirigentes não negam a influência que as ações do Estado venham a trazer para mudanças estruturais sobre as desigualdades. Entretanto, chamo a atenção para o fato de que o valor dado à atuação das entidades equipara-se aos resultados destas com os que se obteria caso houvesse serviços públicos mais eficientes (ambos com 75,6% de respondentes no extremo positivo).

Por estes dados pode-se avaliar que os entrevistados acreditam que a ação da entidade e a do Estado têm resultados de importância equivalentes para a redução das desigualdades. No entanto, como demonstro a seguir, a cobrança dirigida ao Estado e à entidade é diferenciada.

No que diz respeito à responsabilização, creditam a obrigação de tratar as desigualdades sociais ao Estado:

O Estado não pode atender a todos. Por isso é que existe as ONGs, que existe as associações. Porque as ONGs na verdade ocupam um espaço onde o Estado é omissivo, não é verdade? Isso daí já é claro. Por isso que temos incentivos.

Os entrevistados afirmam haver uma crença de que as entidades representadas ocupam um espaço o qual o Estado deveria suprir, mas não tem capacidade para tal. Um dos participantes afirma que o próprio representante do governo municipal que dialoga com as entidades já confirmou este fato: “o Luís [representante governamental] sempre fala: ‘olha, nós estamos aqui, mas nós temos que respeitar vocês. Porque nós seríamos incapazes de fazer a esse custo que vocês fazem’”.

Entretanto, ainda que nos argumentos haja uma justificativa da atuação da entidade pela “omissão”, a responsabilização da desigualdade permanece sendo do próprio Estado. Ou seja, para os entrevistados, as FASFIL não são responsáveis pelo quadro de desigualdades existentes e nem mesmo pela sua resolução.

A desresponsabilização da entidade pode ser representada ainda em outros momentos. Por exemplo, justificam a existência das entidades, com falas como “o Estado não pode atender a todos”. Ou seja, do Estado é cobrado a universalização do atendimento. No entanto, quando se trata da atuação das entidades, criam diversos critérios para selecionar quem deva ou não ser atendido. Remendam afirmando que “o cobertor é curto”, que o Estado também age desta maneira, pois “o governo é pequeno, não dá para atender todo mundo”. Contudo, há exclusão de grupos no atendimento das entidades e eles não se responsabilizam pelo “atender a todos”.

Outro exemplo possível dessa diferenciação: citam diversas vezes o problema da corrupção do Estado. Nessas críticas, a ação governamental corrupta difama toda a instituição estatal. Em contraponto, o reconhecimento de entidades envolvidas em atos ilícitos não conduz a uma má avaliação da atuação das FASFIL como um todo. E ainda, ao revelarem que em determinadas situações os participantes valem-se de “mentiras” – “pra você se adequar naquela lei porque senão o recurso não vem” – não criticam a própria atuação, pois julgam que suas “boas intenções” são superiores às “legislações falhas”. Em síntese, em situações de corrupção da entidade, ela não é responsabilizada da mesma forma que o Estado.

As diferenciações podem ser verificadas ainda quando se trata do tema assistencialismo. Os participantes direcionam críticas à atuação estatal por julgarem as atuais políticas públicas como assistencialistas²⁵.

- Você vai ainda no sertão, no nordeste, etc, e tem ainda o assistencialismo. O assistencialismo... sabe? Ele... de um lado se ele ajuda, momentaneamente, né. Na verdade, ele cria uma dependência. Um sistema... uma espécie de escravocrata. Porque a pessoa... ele não se promove, ele não cresce. Porque? Primeiro por que ele não cria uma consciência. E daí... fica dependente. Isso que a gente sempre fala: o assistencialismo puro é o maior conto que tem no país. Ele precisa ter...
- Porque ele só dá, só dá.
- Só depender não pode. (...) Agora, ele pode receber o assistencialismo. Que nem, por exemplo, [cita a entidade do outro participante], que nem o senhor falou... a evangelização. Porque o assistencialismo puro, de ficar dando as coisas...
- À distância...
- Cria um hábito que deixa a pessoa dependente de... E outra coisa, tomando o bolsa família por exemplo, a vigor, não é que a gente seja totalmente contra. mas a institucionalização desse tipo de... de todo o tipo de bolsa, de ficar dando, dando, dando, acaba fazendo com que a pessoa fique dependente disso daí. E ele não cresce. Entendeu?

Seus posicionamentos estão em conformidade com a bibliografia (FALCONER, 1998; SALAMON, 1997) quando afirmam que o associativismo em que atuam nega um “puro assistencialismo”, diferenciando desta forma ações caritativas sem um propósito maior que o momentâneo e os projetos que organizam.

Como ilustrado nas falas, o que denominam por “assistencialismo puro” se associa às ações dos programas governamentais. A crítica se embasa por promoverem uma assistência sem ter necessariamente uma cobrança de resultados ou uma imposição orientando o que deve ser feito com o benefício recebido. Essa cobrança de resolução da assistência, que na avaliação dos entrevistados é necessária, não é tão rígida quando a ação é da entidade.

²⁵ Demonstro mais detalhadamente a relação assistencialista no capítulo subsequente.

Por outra via, há a atuação das entidades que se distancia desse “assistencialismo puro”. A análise da ação das FASFIL não recebe o mesmo peso crítico, ainda que apareçam falhas.

Hoje, na instituição, tem começo meio e fim. Então quando a gente cadastra uma família na entidade, ela já sabe que a gente tá cadastrando hoje, mas ela tem só um período de doze meses pra aproveitá. Após esses doze meses eles cadastram... chega no final e cadastra-se outras. Mas isso nós fizemos é.. fazem dois anos. Porque nós tivemos famílias que nós deixamos cadastradas conosco doze, treze, catorze, quinze anos né... Isso também foi um erro da entidade, entende? Mas a gente enxergou o erro e mudou.

A relação descrita entre entidade e assistido é muito próxima da relação narrada Estado-assistido. Mas enquanto para as ações do Estado avaliam como “criar uma dependência”, quando avaliam as ações das entidades interpretam como um erro de possível revisão. O fator que desacredita o Estado não invalida as FASFIL.

Os argumentos dos participantes indicam uma crítica da relação Estado-assistido, na interpretação deles, esta é uma relação de assistencialismo que promove a dependência do indivíduo ao benefício. No entanto, uma situação muito próxima a narrada é observada na relação Estado-entidade:

(...) porque quando nós não tínhamos a ajuda, [o recurso do Estado] a gente se virava e fazia. Quando a ajuda vem, você acaba incorporando aquilo ao teu dia a dia e cria uma dependência. E hoje nós estamos nos trabalhando para nos livrarmos da dependência.

O efeito prejudicial ao qual narram do Estado em sua atuação com a assistência parece se repetir com eles próprios como vítimas da dependência. Este fato não os faz avaliar o repasse de recursos como prejudicial a relação (da mesma maneira como avaliam a relação com o assistido). Do contrário, o fato faz eles repensarem a parceria com o Estado reforçando a necessidade dos recursos, e conseqüentemente, julgando a situação de dependência como inviável no momento, mas ideal.

- Eles estão engessando de tal maneira que que... as vezes parece que é melhor falar assim: “quer saber? Não quero atuar mais junto não. Deixa a gente... a gente agir com as nossas próprias pernas que a gente vai fazer mais e melhor” Entende? Então essa parceria, ela já não é mais tão... tão...
- Saudável.
- Saudável. Ela tá ficando assim tão... tão... fechada, tão doente, sabe, que quase não tá valendo a pena.

Estes posicionamentos induzem a uma quebra com o que a bibliografia vem afirmando até então, pois apontam que o diferencial do associativismo que se consolida a partir da década de 90 seria as parcerias com o Estado e com a iniciativa privada (CARDOSO, 1997; FALCONER, 1998; FISCHER e FALCONER, 2005). Estariam assim atuando entre o público e o privado, consolidando uma ponte de comunicação capaz de criar conciliações com finalidades coletivas (RIPARI, 2010). Há estudos que afirmam que as ações coletivas não só buscam a criação de diálogo com o Estado, também há a transição de integrantes da “sociedade civil” para atuantes no aparato estatal, como ainda em algumas situações a ação governamental incentiva e fomenta a organização de ações coletivas (BÜLOW e ABERS, 2011).

Em alguns momentos são apresentados argumentos que reconhecem a importância das parcerias. No entanto, avaliam que da forma como estão sendo executada, elas são problemáticas para a atividade da entidade.

Nós temos que ter essa visão do todo né,ninguém é melhor que ninguém, os esforços devem ser mútuos, tem que haver aliança, tem que haver articulação. (...) Então falta muita...(gaguejos) articulação entre os poderes né? E as vezes tem muita competição também né, muita...a gente vê na mídia mesmo, as vezes você trata as entidades não com cooperação, mas com competição. A Câmara compete com o Executivo, o conselho com a entidade, então por que que a [tal entidade] recebeu recurso e eu não?

Como apresentado no discurso acima, a minguada parceria incentivada (entre entidade e Estado e entre as entidades) torna-se precária por causa da competição pelos recursos. Horochovski (2003) chega a conclusões próximas ao analisar a dependência das ONGs. Segundo o autor, estas organizações visavam nas décadas de

1970 e 1980 o fortalecimento da sociedade civil e a articulação para a mobilização e visibilidade de pautas marginalizadas. Já a partir de 1990, com a institucionalização, cria-se a articulação a partir de “projetos”. Com estes, as entidades passam a “pleitear” por financiamento tanto público como privado. Neste panorama, a ação associativa deixa de ser autônoma e debatedora e se cerra em competições.

O grande problema nessa transição para Horochovski é a dependência das ONGs para com quem as financia, criando-se assim um risco de que as organizações possam ser “manipuladas, cooptadas e percam o controle político”²⁶.

Ainda que as críticas apontadas por Horochovski sejam válidas, elas não correspondem às avaliações feitas pelos dirigentes. Para os entrevistados, a dependência estatal não é um problema, e sim uma solução. Aparentam idealizar o retorno da relação de assistência para com o Estado. Propõem que no contexto atual eles devem buscar a autonomia da entidade, mas é como uma segunda opção tendo em vista a não possibilidade de amplo amparo do Estado. Avaliam ainda uma queda de qualidade da atividade com a busca da autonomia. Assim, afirmam preferir “fazer menos, mas fazer melhor”:

– Nós não temos doação. A gente pode ter, mas a gente prefere, eu também prefiro não ter. Porque é sempre um caminho de duas mãos, sabe, no nosso caso...

– Você acaba se amarrando, não é?

(...)

– Sim. As vezes fazer menos, mas fazer com liberdade, do que tentar fazer alguma coisa de melhor, mas cerceado a um... a um... cabresto. Não é?

Em síntese, embora as entidades julguem que ajam na ausência do Estado, não se responsabilizam por suas ações e pela desigualdade como um todo. Deste fato desenvolve-se uma avaliação disforme quando contrastado o que cobram do Estado e

²⁶ Nos grupos focais os participantes citam apenas o financiamento do Estado. No entanto, pesquisas têm indicado que os recursos estatais não configuram a maior garantia de renda das entidades (HOROCHOVSKI, 2003; LANDIM e SCALON, 2000; SALAMON, 1997). Ainda assim não anula o problema citado de dependência, já que há a possibilidade de ser cooptado pelas agências privadas que os financiam. Contudo, no caso específico das FASFIL aqui estudadas, merece maior atenção o financiamento estatal dado que estas entidades procuraram o Estado para obter certificados de garantia de suas ações com a finalidade, entre outras, de facilitar o acesso aos recursos.

o que concebem como papel das entidades. Nesta, julgam as ações das FASFIL como necessárias, mas não obrigatórias, como uma “boa ação”, não se responsabilizam por ações faltosas e pelos que permanecem marginalizados sem o seu atendimento, mantendo a expectativa de que o Estado deveria suprir a demanda que atendem.

4 - Estado

Como exposto anteriormente, os entrevistados afirmam que acreditam agir na ausência do Estado, pois esse não estaria desempenhando satisfatoriamente todas as funções que lhe caberia. Apresento neste capítulo quais valores são engendrados quando os entrevistados abordam o desempenho do Estado e o que esperam desta instituição. Com a imagem que constroem do Estado, a partir das respostas do survey e da argumentação dos grupos focais, é possível avaliar o que concebem por política e que projeto de vida compartilham.

4.1 - Expectativas

Quando perguntados se “o não cumprimento das funções sociais do Estado” é um fator responsável para o quadro de desigualdades que encontramos no Brasil, 70,7% responderam afirmativamente²⁷ em algum nível. No mesmo sentido, foi questionado o grau de responsabilidade para a “falta de vontade política”, e 80,5% responderam afirmativamente.

A TABELA 2 (abaixo) apresenta as porcentagens de responsabilização do Estado, da elite e dos assistidos, tornando possível uma comparação. Fica caracterizado nos dados o diferencial de responsabilização.

TABELA 2. PROPORÇÃO DE POSSÍVEIS RESPONSÁVEIS PELA DESIGUALDADE SOCIAL SEGUNDO DIRIGENTES DE FASFIL MARINGAENSE, 2011.

Responsáveis		Extremo Positivo níveis de 10 a 8	Extremo Negativo níveis de 1 a 3
Estado	O não cumprimento das funções sociais do Estado	58,5	6,1
	Falta de vontade política	67,1	2,4
Elite	Falta de consciência social das elites.	50,0	17,1
	Monopolização das oportunidades por poucos	48,8	7,3
	Concentração de renda	53,7	11,0
Assistido	Falta de empenho dos pobres.	36,6	13,4

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

²⁷ A questão é formulada em uma escada de 1 a 10. O dado refere-se a posicionamentos positivos, considerando as respostas de 5 a 10.

Os dados ilustram o quanto é geral para este grupo a responsabilização do Estado, o que fica ainda mais evidente se analisadas as respostas extremamente negativas²⁸ – 6,1 e 2,4.

A responsabilização do Estado para com as desigualdades sociais é também denotada nos grupos focais. Quando desenvolvem argumentos sobre os problemas envolvidos na desigualdade é comum encontrar citações como esta: “é uma falta de estrutura, é uma falta de uma política governamental que vá no problema”. O que leva à compreensão assim de que, se há uma situação faltosa, ela deve ser solucionada com uma ação “política governamental” que reordene a estrutura.

As expectativas para as ações do Estado são grandes. Esperam que o Estado “forme a consciência” da população, seja rigoroso e justo, desenhe a composição econômica, social e política. Sendo assim, se há um cenário de desordenamento, a responsabilidade recai sobre o Estado.

Esta grande expectativa da ação do Estado pode ser confirmada em outras pesquisas. É o caso de Celi Scalón (2007) ao abordar as atitudes e opiniões sobre a desigualdade. Em uma dada pergunta do questionário de Scalón, os entrevistados deveriam responder quem eles acreditam que “pode fazer alguma coisa para diminuir a desigualdade social”. Entre as opções estavam I governo; II deputados e senadores; III empresários; IV líderes religiosos; V pessoas como o senhor; VI outros. A primeira e a segunda opções foram escolhidas por 74% dos respondentes.

Quando a autora separa as respostas da elite e da não elite, encontra que ambos os grupos julgam o Estado como grande responsável pela desigualdade. Na pesquisa, 63% da elite e 62% da não elite responderam que o governo é praticamente o único capaz de agir contra as desigualdades.

Balachevsky e Holzhacker (2011), em um estudo que compara a percepção da elite com a da população, também verificam esta grande responsabilização creditada ao Estado para com a desigualdade. As conclusões confirmam que esta é uma expectativa tanto para grupos de elite quanto para a população no geral. As autoras chegam a afirmar que, para os entrevistados, o Estado seria o “protagonista por

²⁸ Para respostas extremamente negativas foram considerados os dados sobre os níveis de 1 a 3.

excelência no processo que leva à erradicação da pobreza e à diminuição da desigualdade” (BALBACHEVSKY e HOLZHACKER, p. 512, 2011).

Outra pesquisa realizada com as elites nos anos de 1993 e 1994 chegou a resultados semelhantes (Reis, 2000), mostrando que o Estado aparece como culpado pelos problemas de ordem social. No entanto, ao contrário do que aparece nos dados do survey coletados para esta pesquisa, o não cumprimento das funções do Estado é fator de motivação para a pobreza maior do que a falta de vontade política.

Os dados, em conformidade com resultados encontrados em pesquisas próximas, demonstram que o Estado é reconhecido como o executor. Mas cabe questionar: que executor? Afinal, o que esperam do Estado? Uma análise que dá pistas a esta problemática é a avaliação dos entrevistados sobre algumas políticas públicas. Em geral, eles são favoráveis, reconhecem a necessidade de ações efetivas por parte do Estado que promovam a redistribuição ou a distribuição de renda.

TABELA 3. PROPORÇÃO DE POSSÍVEIS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SEGUNDO DIRIGENTES DE FASFIL MARINGAENSES, 2011.

Fatores	Grande contribuição
Tornar o imposto de renda mais progressivo	63,4
Ampliar os gastos públicos com programas sociais	79,3
Garantir a participação dos empregados nos lucros da empresa	72,8
Instituir um imposto sobre grandes fortunas.	63,4
Promover uma reforma agrária.	53,2

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

No entanto, quando questionados sobre o programa governamental Bolsa Família, foi consensual um posicionamento contrário (medida esta que, em tese, revê a distribuição de renda do país). Os argumentos que justificam tal postura contrária ao programa se embasam em uma suposta ausência de estrutura que dê aos assistidos autonomia. Julgam ainda que existem intenções ligadas a questões eleitorais por parte de quem planeja tal política, maiores que o desejo de reverter um quadro de desigualdades, como aparece nas falas que seguem:

1 - “é a falta de instrução do povo mesmo... de uma grande maioria mesmo é a falta de instrução. Porque eles são massa de manobra da classe política, e a classe política gosta disso daí mesmo. Fica... é fácil. Com pouca coisa, há uma certa dominação dessa classe. Com pouca coisa obtêm o voto deles.”

2 - “aquilo que foi, quero quer... a ideia inicial, de ajudar a pessoa de sair da situação de extrema vulnerabilidade, de extrema pobreza, e dar a ele o mínimo de dignidade, foi por água a baixo. Quando incutiram nessas famílias que ele não precisa trabalhar, ele não precisa fazer um curso, ele não precisa fazer mais nada. Porque o governo dá pra ele tudo. Né?”

3 - “mostra uma coisa que é muito real (...) e que há muitas pessoas é.. que ocupam funções onde poderiam desempenhar ações que são dadas aquelas pessoas, que na verdade elas se valem daquilo ali, muitas vezes, pra proveito pessoal e acabam é... fazendo cortesia com o chapéu alheio?”

O objetivo aqui não é discutir posicionamentos favoráveis ou contrários ao programa de bolsas do governo, mas apenas, analisar os argumentos que levaram os respondentes a ter tal posicionamento, mais diretamente, o que esperam do Estado.

Nas falas há o reconhecimento de um cenário problemático brasileiro e uma crença de que as ações do Estado devam revertê-lo. Mas as políticas públicas atuais não são satisfatórias, pois acreditam que não se deve beneficiar sem garantir uma contrapartida do beneficiado. Casos em que não haja a cobrança da contrapartida são avaliados como doações do governante, realizadas para “fazer cortesia com o chapéu alheio”.

Desta forma, defendem que as políticas públicas devem ser repensadas não apenas com o intuito de buscar de uma sociedade igualitária, mas tendo como meta ensinar como se deve utilizar a situação de igualdade. Sem este pressuposto, a política se desvalida e perde sua serventia. Há um trecho que ilustra esta predisposição. Ao se evidenciar na discussão a incompetência do Estado, o entrevistado intervém justificando e propondo:

– Mas quanto tempo gente... Quanto tempo não se vê uma campanha educativa a nível das emissoras? (...) Quanto tempo não se tem uma campanha educativa... antigamente nós tínhamos uma... campanha educativa. Antigamente nós tínhamos aquela do...do lixo. Como é que era? (...)

– O ‘sujismundo’.

[todos comentam sobre o sujismundo]

– Quantos anos faz isso? Você não era nem nascida (se dirigindo para a moderadora). Aparecia no Fantástico. Acho que foi na época da ditadura isso ainda... Quer dizer... essas campanhas ajudariam muito o povo a formar consciência. Porque o que está faltando é: formar consciência. Porque não tem

como você impor uma... mas através de campanhas educativas vai fazer os adolescentes. (...) O Estado que... Era na época da ditadura. Um personagem que... é... Ele falava assim: “não seja um sujismundo, jogue o lixo no lixo”. (grifos meus)

O Estado teria a responsabilidade de atuar para capacitar as pessoas a agirem de forma devida em suas ações privadas, ou seja, uma função educativa. Mais que um modelo a seguir (como também foi proposto em outro momento em que um dos participantes demonstra-se preocupado com os atos de corrupção por darem exemplos amorais a seus filhos). O Estado teria por responsabilidade criar e gerir a conduta moral da população, o não cumprimento desta obrigação gera desigualdade.

Sendo assim, para atingir suas obrigações, o Estado deve cobrar da população, não simplesmente “dar”. Esta afirmativa pode ser confirmada na inversão de prioridades entre direitos e deveres: “porque todo povo culto ele tem mais consciência de seus direitos e deveres. Principalmente deveres. E daí nós temos um povo não consciente inclusive”.

Os dados do survey e do grupo focal apontam para uma grande expectativa da ação do Estado. Ele seria o grande organizador e executor, devendo não apenas dar garantias à população, como também deve direcionar a conduta dos indivíduos. Os problemas estruturais e de ações individuais são de sua responsabilidade.

4.2 - Modelos de Estado

Após ter demonstrado quais as expectativas que os entrevistados têm sobre a ação estatal, cabe agora esclarecer que tipo de Estado é este que esperam. Comumente as observações sobre o associativismo semelhante ao que aqui denomino seguem a lógica da associação da prática destas entidades e dos valores que a circundam com o neoliberalismo. Avalio aqui as possibilidades desta associação a fim de definir o Estado projetado pelos dirigentes.

Algumas críticas ao modelo neoliberal não podem ser avaliadas tendo em vista os limites desta pesquisa. O recorte do objeto (os valores projetados pelos dirigentes de FASFIL maringaenses) impossibilita conclusões acerca da ação da entidade propriamente, ou da relação entre entidade e assistidos na prática. Desta forma, não é possível investigar algumas situações que na avaliação da bibliografia indicam o neoliberalismo, por exemplo, a possibilidade de a entidade excluir da grande população o poder de decisão (DAGNINO, 2004) ou extrair dela sua voz (OLIVEIRA, 1999).

Ainda assim, é possível investigar aqui se os valores apresentados pelos entrevistados podem ou não ser associados ao que é denominado por projeto político neoliberal. Tendo em vista o conceito de projeto político como uma base de crenças e valores que orientam as ações, assim como descrevem Dagnino, Oliveira e Panfichi (2006) – “conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (p.38) –, pode-se afirmar que um estudo sobre a cultura política de determinado grupo possibilita inferir sobre o projeto político buscado por estes sujeitos.

Primeiramente, qualquer ideia que desenvolva o neoliberalismo pressupõe a valorização do mercado em detrimento do Estado. Segundo os dados encontrados no survey, os entrevistados não negam nem confirmam este princípio neoliberal. Suas respostas são confusas e contraditórias.

Em um primeiro momento, quando foram questionados se o sistema capitalista é responsável pela desigualdade social, 74,4% responderam afirmativamente. Em outra questão, algumas possibilidades para a redução das desigualdades são propostas e os respondentes deveriam indicar quão cada uma das situações pode contribuir. Uma das possibilidades apresentadas é a maior liberdade de regulamentação das empresas. Os

mesmos 74,4% acreditam que este aspecto contribui para a redução das desigualdades.

Estes dados apresentam-se minimamente contraditórios, pois indicam que os pesquisados creditam ao sistema capitalista a desigualdade ao mesmo tempo em que confiam na maior liberdade ao mercado para a redução da mesma desigualdade social. Em síntese, ainda que haja uma disposição favorável à ideia de menor controle do mercado como solução viável, não são totalmente defensores desta liberdade.

Nos grupos focais, a centralidade do mercado não é demonstrada nos discursos. Aparecem menções em dois momentos. Em um, um dos participantes sugere que a entidade deveria agir com organicidade e metas, assim como na empresa em que trabalhava²⁹. Outra situação mais recorrente é a reafirmação de ações do mercado como promovedoras de oportunidades (como as varias citações sobre os cursos profissionalizantes ofertados pelo mercado), conduzindo a uma interpretação de que se o mercado não sustenta a ordem, ao menos ele tem capacidades para auxiliar em seu desenvolvimento. Contudo, apenas com estas situações não é possível confirmar nenhuma associação entre neoliberalismo e valores da FASFIL. Em sequência, apontarei outros aspectos do neoliberalismo para melhor avaliar tal possibilidade de associação.

O critério definidor do neoliberalismo é que a valorização do mercado vem em detrimento à desvalorização do papel do Estado. Sendo assim, há uma projeção de que as funções do Estado devam ser “enxugadas” e “reduzidas”, transferido-as ora para a sociedade civil, ora para o mercado. Esta argumentativa pode ser encontrada, por exemplo, em Dagnino, Olvera e Panfichi (2006). Segundo os autores, no projeto neoliberal o Estado é associado ao seu gigantismo, sua burocracia, ineficiência e corrupção. A proposta dos que defendem este projeto seria então uma nova atuação do Estado, esta mais eficiente.

No entanto, as defesas que aparecem no survey e nos argumentos dos grupos focais contrariam essa compreensão do projeto neoliberal, uma vez que a

²⁹ A bibliografia reforça que certo modelo associativo teria por ideal uma conduta próxima a do mercado, com eficiência e eficácia, assim como elaboro no capítulo anterior.

responsabilidade pela desigualdade, pela desestruturação social, política e econômica, pela conduta dos indivíduos recai toda para o Estado.

As expectativas sobre a ação do Estado são em demasia comparadas ao que a literatura espera de algumas associações.

- Mas o Estado não tinha que ser mais ativo nessa questão?
- Mas com certeza!
- O Estado ele tá... ele tá ausente. O que o Estado de verdade faz? Se a gente analisar bem.
- Não, o....
- Se analisar bem!
- Atrapalha! Atrapalha! O Estado atrapalha! Quando ele faz uma lei proibindo o camarada de trabalhar com menos de 16 anos... Ele atrapalha quando ele coloca uma lei da palmada. Ele atrapalha quando ele dá de mais sem exigir nada em troca.”

Como demonstrado no diálogo acima, a ausência do Estado é notada pelos entrevistados. No entanto ela não é desejada, como preconiza o projeto político neoliberal. Se por um lado, há a política estatal ideal, que orienta a conduta dos indivíduos, estrutura a vida em termos econômicos, políticos e sociais, por outro, há a constatação de que não é esta a realidade.

Por mais que cheguem à conclusão de que o Estado, tal qual está posto, atrapalha; que este Estado “dá mais sem exigir nada em troca”, ao contrário das entidades; o Estado continua sendo, para os entrevistados, o responsável e executor dos desandres da sociedade. Como reforçam no início: “o Estado tinha que ser mais ativo”. É dado então que estes sujeitos não defendem o Estado mínimo.

Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) afirmam ainda que o projeto neoliberal propõe uma nova relação entre Estado e sociedade. Nesta, além das características já citadas, o Estado ainda dividiria seu papel de responsável pelas políticas públicas com o terceiro setor ou ONGs (estes seriam a representação máxima do neoliberalismo). Na divisão neoliberal, corresponderia ao terceiro setor e às ONGs o cargo de executor, enquanto o Estado teria o controle exclusivo (DAGNINO, 2004).

Estas disposições não estão em conformidade com as falas dos grupos focais. Como abordado no capítulo anterior, nem acreditam que as FASFIL teriam a execução como obrigação (elas agem creditando a responsabilidade no Estado), e quando fazem, não defendem que o Estado deve ter o controle (fazem críticas às tentativas do Estado de controlar as ações das entidades).

Outro ponto abordado quando a bibliografia descreve as consequências neoliberais é a retirada de determinadas questões da política, dado que não se tem mais como objetivo a construção de direitos universais. A ideia da luta por direitos é preconizada pelo associativismo neoliberal (DAGNINO, 2005; PAOLI e TELLES, 2000). Este dado é verificado nos grupos focais:

É muito triste! É muito triste o que observamos hoje. Muitas, mas muitas famílias ouviram falar de Jesus Cristo, ouviram falar. Mas muito superficialmente quando ouviram. (...) Então, são crianças que estão aí, sem batismo, sem catequese. E daí cresce daquele jeito... E até nós brincamos um pouquinho que é... nós percebemos que a criatura humana hoje não há muita diferenciação dos animais. O senhor mesmo falou no início aí que há muitos casais que não são regularizados, nem no civil e nem na igreja. Então qual é a diferença entre... dos animais. Então em todos os sentidos isso tá acontecendo hoje. Há um desvirtuamento muito grande dos valores. Então, a gente tenta trabalhar todos esses fatores aí.

Algumas assistências são garantidas legalmente e é por direito que os assistidos deveriam recebê-las. Sendo que em um sistema ideal, o atendimento não é dado, não é benevolência do Estado. No entanto, a assistência prestada por algumas entidades, dado os seus objetivos, atores, contexto, transforma essa noção de direitos, que deveria ser uma construção pública de direitos universais, em uma relação privada. A situação narrada acima demarca a relação entre os valores e a moral do dirigente e a pessoa assistida³⁰.

Esta seria uma relação entre “prestador de serviço” e “cliente” ou “usuário” (DAGNINO, 2005; PAOLI 2002). No entanto, pelo que se observa nas falas dos

³⁰ A uma exceção a esta análise da preconização dos direitos nos grupos focais, tendo que um dos entrevistados afirma que a finalidade de sua entidade é o auxílio dos assistidos na busca de seus direitos.

dirigentes, a problemática do assistido, em alguns casos, pode se tornar mais emblemática que a transformação em um cliente. Isso porque um cliente tem uma relação clara com o seu prestador de serviços e seus direitos são plenamente garantidos por lei. Canclini (2005) ainda atenta quanto ao fato de ter o poder de compra e passar a ser um cliente promove, para o indivíduo, um status de cidadania.

Já em contextos como os narrados acima, em que há preconização de garantias mínimas, a situação do assistido está abaixo à de um cliente. Em outras palavras, é verificado que os direitos, nesta concepção dos dirigentes, não compõem um fator central e, quando não convenientes, não são respeitados.

É dado, a partir desta exposição, que há uma preconização dos direitos. Este ponto está de acordo com o descrito projeto neoliberal, entretanto, as relações estabelecidas com a atuação da entidade não se resumem às já estabelecidas pelo mercado; ou seja, a relação com o mercado não possibilita compreender os valores dos entrevistados.

Com o exposto acima se conclui que há alguma semelhança entre os valores coletados nas falas dos dirigentes e as crenças do dito projeto neoliberal. Notadamente, a atuação das entidades se subscreeve sobre a preconização do Estado. Acreditam que este é incapaz de cumprir com suas responsabilidades, e confiam no potencial da FASFIL para amenizar esta ausência. A visão que os entrevistados têm da atuação da entidade ainda submete o assistido a uma relação privada, que impossibilita uma noção de direitos universais.

Para além, há vários pontos que contrastam esta associação entre dirigentes de FASFIL e neoliberalismo. Não há grande valorização ao mercado nos discursos, e ainda é confuso se acreditam ou não que o Estado deva controlar o mercado. No geral, as relações subsequentes da atuação das FASFIL não podem ser reduzidas à compreensão da esfera do mercado.

E embora os dirigentes descrevam as ausências do Estado, tomam estas como um fato contrário as suas expectativas de atuação desta instituição, que para eles é central na responsabilização não somente da desigualdade, como de toda a estrutura econômica, política e social. Logo, não querem substituir o Estado com as ações da FASFIL. Como abordado acima, não assumem a responsabilidade ao agir no vácuo do

Estado. Portanto, as expectativas ao entorno da atuação do Estado são em demasia se comparado com o que a literatura espera de um projeto neoliberal. Assim, a associação direta entre o associativismo prescrito na atuação das FASFIL e o projeto político neoliberal é errônea. Como também não se pode associar as entidades aqui estudadas a um projeto democrático.

O efeito democratizante do associativismo é, direta ou indiretamente, uma expectativa da literatura. A expectativa se apresenta quando se afirma que a pluralização de entidades conduz a maiores possibilidades de interação entre indivíduos e sociedade (SALAMON, 1997), ou quando se nega o caráter democrático de determinadas entidades a fim de reforçar antagonismos dentro da cena associativa (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006). Ou seja, o esforço empírico da negação também demonstra uma expectativa democrática para com estas entidades, ainda que seja uma expectativa frustrada da literatura. Enfim, uma característica geral à literatura que trata o associativismo acerca das FASFIL é a expectativa democratizante destas.

Pelas observações feitas, o associativismo estudado aparentemente não tem pretensões de endossar a democracia no país. Como citado acima, os entrevistados julgam agirem pela ausência do Estado. Pela argumentação formulada, sugerem que se (hipoteticamente) o Estado fosse capaz de cumprir com as responsabilidades que acreditam ter, não seria necessário a participação das entidades e seus dirigentes na cena associativa.

Entretanto, outros tantos valores democráticos foram apresentados por estes dirigentes. Um estudo mais detalhado sobre pode ser encontrado em Gimenes (2011), no qual o autor verifica altos índices de adesão à democracia em seu estudo com as FASFIL maringaenses.

Considerar as disposições acima de que o objeto de estudo desta pesquisa não pode ser diretamente associado nem ao projeto político democrático nem ao projeto político neoliberal nos leva a três reflexões. A impossibilidade de associação direta entre FASFIL e neoliberalismo (1), a verificação de que a disputa na arena política não pode ser resumida no contraste entre neoliberalismo e democracia (2), a demonstração de outros valores encontrados nas falas dos entrevistados (3).

Assim como me propus, a pesquisa segue os direcionamentos apontados por Lavallo (2011) ao defender que a normatividade não deve ser constituída se não da empiria. Enfim, com a análise do survey e os argumentos coletados nos grupos focais pode-se revisar a normatividade até então imposta.

A alegação encontrada nos textos que se propõem a estudar o tipo associativismo ao qual se aproxima a FASFIL conforma o denominado terceiro setor e todo formato que se aproxime do que concebem por tal como o exemplo máximo de privatização do Estado e neoliberalismo. Associação esta impossibilitada pelos dados apresentados.

Houve na cena pública da década de 1990 um sobressalto do terceiro setor e outros formatos associativos semelhantes, e a impossibilidade de sequência da ação (as quais dada literatura julgava) plenamente democrática e política. Na década seguinte, assistiu-se grandes avanços teóricos na tentativa de retomar o objeto de estudo perdido. Estes possibilitaram a compreensão de que não há um ator democrático por excelência, as ações que desencadeiam um aprofundamento do sistema democrático nem sempre são puramente democráticas. Estas podem ter (e fatalmente terão) elementos não democratizantes em seu cerne, e ainda sim servirem à democratização da sociedade (DAGNINO, OLVERA, PANFICHI, 2006). Digno de atenção o fato de esta bibliografia criar ciência da impossibilidade de idealização da democracia embasada na idealização do neoliberalismo (reforçando tipos ideais do neoliberalismo como se fossem concretos, como a caracterização do terceiro setor).

Um segundo ponto que discuto aqui é impossibilidade em sintetizar a disputa na arena pública atual entre projeto neoliberal e democrático. Isto porque foram evidenciados acima valores destes sujeitos que não podem ser associados a nenhum destes dois projetos sugeridos como centrais.

Claro que, sendo este um estudo local, pode-se questionar a generalidade destas conclusões. Entretanto, pesquisas de âmbito nacional mencionadas no capítulo anterior (BALBACHEVSKY e HOLZHACKER, 2011; REIS, 2000; SCALON, 2007) mostram que certos valores de grande expectativa e dependência da ação do Estado não são apenas de dirigentes de FASFIL maringaenses, mas também de diversificados

grupos das elites e em tempos distintos (com base nessas pesquisas, pode-se afirmar que tais valores são predominantes pelo menos desde a década de 1990).

Lüchmann e Scherer-Waren (2006) chegam a conclusões próximas ao indicarem que a disputa circunscrita entre projeto democrático e projeto neoliberal explicaram os conflitos vivenciados nas décadas de 1980 e 1990, mas não mais subscreve o cenário político atual. As autoras sugerem a busca de novas categorias analíticas para a compreensão deste novo contexto.

Discordando de Lüchmann e Scherer-Waren, não defendo que as evidências de que não há centralidade na disputa de projetos neoliberais e democráticos descaracterize o conceito de projetos políticos. Este conceito ainda é uma potencial ferramenta de análise. Para tal afirmação considero duas premissas dispostas no texto de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006).

A primeira é a pluralidade de projetos políticos, defendida em alguns momentos do texto. Haveria assim, diversos projetos em disputa, compartilhando a diversidade da sociedade civil. A segunda premissa é uma crítica a interpretações embasadas na racionalidade dos sujeitos. Isto porque os autores consideram que o engajamento não segue uma linha reta em direção a dado ideal, pois os sujeitos políticos são contraditórios; eles podem ter práticas patrimonialistas lutando pela democracia (ou vice-versa).

Sendo assim, há na arena política atores em disputa, cada qual reproduzindo uma pluralidade de projetos; e ao mesmo tempo em que agem estrategicamente, não têm a exata compreensão da completude dos projetos políticos que defendem.

A pluralidade indicada pode ser verificada nas falas dos participantes. Entre outros projetos que suponho existir na cena pública, destaco a elaboração de dois possíveis de serem localizados na argumentação dos entrevistados.

Um projeto mencionado no texto de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) que ganha significativa relevância nas falas é o projeto autoritário. Segundo os autores, este projeto seria remanescente dos anos ditatoriais brasileiros, mas com valores reformulados. Este teria como defesa central a preservação das hierarquias, limitando as instituições democráticas no que confere a participação e busca da cidadania.

Em alguns momentos os entrevistados enfatizam preferência por uma ordem hierárquica. Um exemplo sutil citado nos dois grupos focais realizados é uma nostalgia da rigurosidade escolar no tempo em que eram alunos. (“Quando eu era pequena, ai de mim se eu respondesse pro professor. Não tinha conselho tutelar, não tinha direito da criança do adolescente, não tinha nada disso. Não é que isso seja ruim, mas é que acaba banalizando tudo.”) Há em exemplos como esse a representação de um modelo autoritário preferencialmente a um modelo democrático de direito.

Encontro ainda um quarto projeto político, o desenvolvimentista. Reis (2000) já aponta essa possibilidade de análise ao identificar as esperanças das elites para que o Estado tenha a função de criar uma estrutura social capaz de ofertar oportunidades às novas gerações sem arriscar os privilégios das classes mais abastadas. As expectativas da ação do Estado como executor da estrutura social apresentados nos dados do survey e nos argumentos dos grupos focais também conduzem a esta conclusão.

O ressurgimento dos valores desenvolvimentistas tem sido discutido por autores como Bresser-Pereira (2012), Cêpeda (2012) e Sicsú, Paula e Michel (2007). Estes têm defendido a existência de um “novo-desenvolvimentismo” que desde os anos 2000, vêm se opondo ao neoliberalismo no Brasil³¹. Para estes, há nacionalmente uma retomada do ideário de fortalecimento do Estado, o qual é responsável pela consolidação do mercado, e ambos promoveriam a estrutura social.

Para além dos motivos políticos ou posicionamentos favoráveis ao projeto desenvolvimentista, o que há de se atentar nestes textos é que os autores estão anunciando um fenômeno novo por eles analisado, o resurgimento do desenvolvimentismo. Ou seja, eles estão observando que há elementos na política que podem confirmar este resurgimento³².

³¹ A análise de Bresser-Pereira se diferencia dos outros autores ao afirmar que tais valores do “novo-desenvolvimentismo” são predominantes no cenário nacional desde a década de 1990 com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

³² O fenômeno que verifico aqui tem algumas diferenças do conceito elaborado por estes autores. A bibliografia embasa suas conclusões nas ações governamentais consolidadas principalmente no governo de Lula (2003-2010). Já o aspecto analisado aqui indica que, ainda que os participantes demonstrem um receio sobre tais ações governamentais (como críticas ao programa Bolsa Família), demonstram valores próximos ao que os autores descrevem como novo-desenvolvimentista.

A análise aqui desenvolvida tem por intenção contrastar uma associação direta entre um tipo de associativismo que pode ser relacionado com as FASFIL e a constituição de um modelo neoliberal de Estado. Os dados coletados permitem afirmar que há alguns elementos do neoliberalismo na cultura política dos dirigentes, mas somente eles não são capazes de explicar a percepção dos entrevistados sobre o Estado. Deve ser salientada a grande expectativa para com a responsabilidade do Estado e a pouca referência que estabelecem com o mercado, sendo assim, contrários ao estabelecimento de um Estado-mínimo. Denoto ainda a pluralidade de projetos políticos contidos em suas perspectivas e a baixa racionalidade e controle sobre suas próprias perspectivas.

5 - Assistidos

Apresento neste capítulo análises que exploram os valores expressados pelos dirigentes de FASFIL maringaenses sobre os assistidos. Quando observadas as respostas obtidas nas questões base (TABELA 2), os assistidos são apontados como os menos responsabilizados pela desigualdade social. Enquanto os índices de muita responsabilização do Estado e da elite variam entre 48 e 67 %, os referentes aos assistidos não ultrapassa os 40%.

No entanto, em outras questões do survey e na argumentação do grupo focal há a confirmação de grande parcela de responsabilidade atribuída aos assistidos. No desenvolver dos argumentos abaixo, explano de que modo os valores referentes à responsabilização sobre os assistidos são reproduzidos no survey e nos grupos focais. Primeiramente, retrato os argumentos de culpabilização dos assistidos através das expectativas acerca da educação. Em seguida, a exposição dos valores sobre este grupo mais excluído refletem os desdobramentos para a qualidade democrática.

5.1 - Os assistidos e a educação

A educação para os entrevistados é sempre apontada como uma questão de preocupação, o fator que mais traria efeitos positivos para a redução das desigualdades quando efetiva (TABELA 3). Ao serem perguntados, por exemplo, quais são as questões de maior importância para o Brasil atualmente (TABELA 4), 76,8% responderam “muito importante” para a educação (o que corresponde à pontuação 10 em uma escala de 1 a 10).

TABELA 4. QUESTÕES RELEVANTES PARA O BRASIL SEGUNDO DIRIGENTES DE FASFIL MARINGAENSES, 2011.

Questões	Extremo Positivo Níveis de 10 a 8	Muito Importante Nível 10	Extremo Negativo Níveis de 1 a 3
Educação	93,4	76,8	2,4
Saúde	90,3	69,5	1,2
Corrupção	89,0	65,9	6,1
Pobreza	74,4	39,0	1,2
Crise Moral	68,2	39,0	3,7
Governabilidade e Gestão Estatal	67,1	37,8	3,6

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Como demonstrado na tabela acima, a educação é considerada mais importante que a pobreza, a governabilidade e a corrupção. Para os entrevistados, a mesma ocupa um papel central e há consequências de sua ausência ou falha. Isto é evidenciado em

outra questão: apenas 8,9% dos entrevistados discordam que a “falta de educação do povo” seja um obstáculo à democracia.

Há um fundamento para estes argumentos expostos que relacionam educação de qualidade e ascensão social. Algumas pesquisas comprovam que a renda e a escolaridade são diretamente proporcionais, e assim, quanto maior a escolaridade, menor a desigualdade (BARROS e LAM, 1993; FERREIRA e outros, 2006); outras defendem que a educação promove o acesso e a mobilidade social (REIS E SCHWARTZMAN, 2002; SCHWARTZMAN, 2005); e ainda há autores que defendem a existência do “efeito-escola”, afirmando que uma *escola eficiente* promove o aluno ao ponto de ele não mais sofrer influências negativas pela diversidade socioeconomia ou étnica (FERRÃO, 2006).

Para os entrevistados, as consequências da falta de educação vão além. A ausência de uma política educacional de qualidade é um fator que tem efeitos para toda a estrutura social, principalmente para os assistidos: “E a falta de investimento em educação acaba gerando uma desigualdade tamanha. Que daí gera falta consciência, falta de planejamento familiar, falta de educação familiar e doméstica, falta de educação financeira...”

Como demonstrado na fala, os indivíduos nesta situação são incapacitados para lidar com as tarefas mais íntimas e domésticas. A construção deste argumento conduz à afirmação que a ausência de educação é a raiz de uma imensa gama de problemas, tomando-a como uma panaceia.

Para tal visão, a garantia do direito à educação possibilita que os indivíduos aprendam a cuidar de seus filhos (e a não ter tantos filhos), consigam fazer compras a prazo sem serem enganados e conduzir suas finanças domésticas³³, capacita à participação política. E ainda, a falta de educação leva os assistidos a uma dependência do Estado. Em vários momentos nos argumentos é relacionado a ausência de educação com uma relação “escravocrata” ou colonial. O trecho que segue ilustra esta consequente dependência: “Pessoa assim sem tipo de formação nenhuma

³³ Em alguns momentos dos grupos focais os entrevistados abordam os problemas gerados a partir da política de concessão de créditos e denotam preocupação em uma suposta incapacidade dos assistidos em realizar compras, como no trecho a seguir: “(...) se ele economizasse mais um pouco, uns 2 3 4 meses, ele compraria a vista. Mas isso daí tudo... é exagerado a gente pedir pra que essas pessoas tivessem consciência”.

cria assim uma espécie de colonialismo, uma dependência pelo colonialismo”. Ou seja, não ter educação leva a um quadro de perda do controle.

Pelo desenho que traçam as consequências da ausência da educação, pode-se concluir que projetam este como um fator de grande relevância, formando dois grupos distintos na sociedade (os que a tem integralmente e os que não a tem ou são submetidos a uma educação sem qualidade). Neste sentido, a educação se consolida como um dos fundamentos da desigualdade, sua ausência gera a pobreza e constitui um ciclo ininterrupto de miséria.

Então existiu, ou tá existindo, uma situação muito preocupante no Brasil pela falta da educação. A falta da escolaridade desse pessoal então vai gerando pobreza de pai pra filho, de filho pra neto. E não tem fim isso daí, não se quebra esse ciclo de herança.

A educação torna-se ponto central nos argumentos na avaliação desta elite nãoestatal, desenham uma sociedade dividida entre quem tem e quem não tem acesso, consolidando as desigualdades sociais. Diante disso, cabe se perguntar: porque existe a ausência educacional e porque decorre desta tantas consequências?

Para os entrevistados, a educação é decorrente, primeiramente, de uma falha estrutural. O Estado teria por obrigação oferecer uma educação de qualidade para a população, e como não o faz, acaba por favorecer uma sociedade desigual. Como desenvolve um dos participantes: “Começa tudo pela base, pela educação. O que parece que esse governo não tá nem um pouco interessado, os governantes não... Em resolver esse problema, investir mais”.

Na percepção analisada, em uma situação de educação falha, tem-se primeiramente o Estado não cumprindo suas obrigações. Uma segunda face da ausência educacional seria a culpabilidade do indivíduo. Nas argumentações do grupo focal é verificado grande responsabilização dos assistidos. Todos os entrevistados contaram casos vivenciados na entidade de falta de ação ou vontade dos assistidos. Como exemplo inverso, um dos participantes narra sua experiência pessoal de superação.

- Eu me amarrei ao estudo como em um naufrago que cai no mar, que agarrou numa pedra, numa árvore, num toco como...
- A única chance mesmo...
- De poder ser alguém na vida e consegui. Entende? (...) Mas saí do nada, e agarrando naquilo como a única oportunidade de poder seguir na vida. Agora hoje a pessoa tem mil e uma oportunidade, opções, mas pega e... assim, chuta como se fosse assim... chutar o balde. “Ah, tô aqui”. Não tem compromisso, comprometimento.

No caso acima, o fator diferencial do sucesso foi o empenho pessoal. Se a educação é fator determinante para a formação do indivíduo, sua única escapatória em situações de não garantia do Estado seria o empenho. Pode-se concluir assim que os entrevistados julgam, em certo grau, o assistido como culpado por sua situação de vulnerabilidade. Neste sentido, os não vulneráveis estão nessa posição graças a suas atitudes, tendo a ação individual como fator diferencial. No diálogo seguinte os dirigentes justificam porque há a falta de empenho de alguns.

- Quando a gente olha esse primeiro... essa falta de empenho, não tem nada a ver com as entidades. Aí é questão do povo mesmo que não quer se movimentar.
- Não é [questionando o outro participante], e porque que não quer se movimentar?
- Não quer se movimentar porque...
- Onde que está o problema? Aí é que... aí é que é uma grande interrogação ao meu ver.
- Mas aí é que...
- [todos agitados]
- mas aí remonta tudo(...) Questão de valores...
- De educação...
- Não é? De interesse... Ninguém quer se desenvolver...
- Mas o Estado não tinha que ser mais ativo nessa questão?
- Mas com certeza
- (grifos meus)

Vários fatores são enumerados. De imediato o próprio querer do indivíduo, depois os valores, a educação, e por fim o Estado desinteressado. A lógica compartilhada pelos entrevistados amarra os assistidos em um condensado cerco, sem perspectivas de saída, pois primeiramente o Estado desinteressado não garante a

educação. A falta de educação, por sua vez, faz com que os assistidos não se empenhem, levando-os à inação. Finalmente, a falta de ação dos assistidos é responsável pela condição do Estado: “Lá [se referindo aos países de ‘primeiro mundo’] o povo é consciente. Exige e cobra do governo o retorno do investimento que ele aplica dando o dinheiro que ele pagou do imposto”.

A perspectiva dos dirigentes estabiliza, desta forma, uma imutabilidade sem horizontes; Agravada ainda porque, ao afirmar que a falta de empenho faz com que o assistido não reivindique um Estado competente, colocam na conta destes vulneráveis não só a qualidade da educação, como também toda a ausência do Estado. Nesse raciocínio, as elites educadas são vítimas da falta de empenho e da sociedade que a não educação produz.

Cabe ressaltar que dificilmente o assistido, sem a estrutura do Estado, irá ser capaz de reverter o cenário de falhas na educação (ainda que apareça esta cobrança em alguns momentos das falas). No entanto, há a possibilidade de reestruturação da sociedade a partir da ação do Estado (com interesse da elite governante e boa gerencia se resolveria). E é nessa possibilidade que se embasa a aposta na educação. Do contrário, negar a capacidade de ação do Estado seria uma incoerência da elaboração dos dirigentes, já que impossibilitaria a aposta na educação. Dependendo do Estado mais que do assistido, a educação tem como primeiro e maior responsável a estrutura estatal (ou a vontade dos governantes mais propriamente).

Com tais efeitos da ausência da educação se esclarece o porquê da panaceia. Cabe aqui esboçar algumas objeções para esta aposta na educação, tal como analisar os motivos para estes argumentos da elite nãoestatal.

Primeiramente, questiono se os dados educacionais realmente representam o fator diferencial para o indivíduo não ser um assistido. Neste sentido, os dados apresentados por Medeiros (2005) contrariam esta simples associação entre escolaridade e renda. Para o autor, a educação é uma condição para uma boa renda, mas ter educação não é uma garantia. Há outros fatores que também influenciam tanto quanto ou mais que o nível de escolaridade (como sexo, raça, região, rendimento no trabalho).

Há ainda outros questionamentos a esta aposta educacional. Como defendido nos grupos focais, o acesso a uma educação de qualidade (por si só) iria promover o assistido. Análises como esta não contextualizam o indivíduo em seu meio, subtraindo as limitações do sistema educacional.

Em contrapartida, pesquisas demonstram outros fatores que influenciam o rendimento escolar. Torres e outros (2008) avaliam como a estigmatização de escolas da periferia, o preconceito com alunos negros, pobres, favelados, reforça o fracasso de alunos que teriam a escola como única alternativa. A apresentação das reflexões dos próprios professores sobre o sistema educacional põe em questão como o espaço da escola, estando inserido na sociedade com todas as suas fragilidades, poderia promover algo além da reafirmação dos valores que reinteram a desigualdade.

Neste sentido, Bourdieu (BOURDIEU, 2008; CATANI e NOGUEIRA, 2007) faz uma crítica ao sistema escolar como promovedor da mobilidade social. Segundo o autor, o sistema escolar “é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural” (CATANI e NIGUEIRA, 2007, p. 41).

Este sistema é formado e incentivado pela ação de todos. Pelos dominantes que sem muitos esforços têm uma instituição reforçando o seu *ethos* e eliminando quem não o tem (*mecanismos de eliminação*). Pelos populares que, com dificuldades para assimilar os conteúdos e sem propensão para adquirir o *ethos* dominante, se esquivam da escola. Pela pequena burguesia que vê na educação sua possibilidade de ascensão. E até mesmo pelos professores que reforçam o *ethos* da elite nas salas de aula, pois graças a ele teve estudo e emprego. Assim, todo o sistema engendra pequenas formas de conservação do status quo, consolidando as desigualdades sociais.

Para o autor, o argumento pela equidade escolar alimenta esse sistema. O ideal de que todos devem ser tratados igualmente no sistema escolar ignora a origem desigual e “sanciona” desigualdades culturais. Desta forma, alcança-se apenas uma igualdade formal, privilegiando uns e marginalizando quem não tenha o *ethos* dominante. No entanto, adverte que esta lógica de privilégios não é percebida. Ela torna-se uma conduta diária, uma sucessão de reações aos determinantes, não havendo um ponto inicial de ação intencional do privilegiado.

A equidade é um dos argumentos centrais dos participantes dos grupos focais, eles argumentam que possibilitar condições de oportunidades iria reduzir as desigualdades. É, na maioria das vezes, esta a orientação das ações das entidades representadas. Contudo, como demonstrado acima, a defesa pelo sistema educacional e na conduta individual fecha as possibilidades dos assistidos e alimenta as disparidades sociais.

Os valores sobre os assistidos aqui demonstrados apontam inicialmente a panaceia da educação. Os problemas educacionais são tidos como centrais para os entrevistados e deles decorreria todo um leque de desastrosas consequências para a sociedade. De tais consequências surgiria uma sociedade dividida entre os que têm acesso à educação e os que não a tem integralmente.

A educação nos moldes expostos representa a metonímia da desigualdade, ou seja, para os dirigentes de entidades maringaenses, a desigualdade tem por germe duas facetas que se complementam. Em primeiro, o Estado – incapaz de ser incisivo e estruturar a sociedade de modo equitativo – transforma uma parcela da sociedade em assistidos. No avesso, os assistidos inaptos não se mobilizam para mudar sua realidade, e seu coletivo conduz a uma permanência do Estado.

5.2 Desdobramentos Do Discurso: avaliações sobre a qualidade democrática

Ao explorar os valores referidos sobre os assistidos pode-se analisar quais são os desdobramentos destas avaliações para a democracia. Diretamente, até então, foi desenvolvido a relação entre a elite e sua visão sobre a desigualdade. Agora, de forma mais direta, há a relação desta percepção com as suas consequências para o regime democrático. Constituem-se com estes três pontos – a cultura política da elite nãoestatal; a desigualdade social; a democracia.

A fim de esclarecer este tripé da análise, exponho alguns pressupostos. Primeiramente trato sobre a relação entre desigualdade e democracia.

De forma genérica, as formulações da teoria democrática tendem a supor que este regime seria menos desigual em comparação a outros regimes. Isto porque o acesso ao poder faria com que as demandas dos mais variados grupos teriam maiores chances de serem atendidas. Este princípio é elaborado desde as teorias clássicas do republicanismo (de Aristóteles a Políbio e Cícero). Estas prezam por um governo que mescle a população para que um maior número de pessoas seja atendido, ainda que em níveis diferentes de abertura participativa. E é neste ideal clássico que se embasa a teoria democrática contemporânea (MARTINS, 2010).

Mesmo os teóricos que se autodenominam minimalistas preveem este princípio democrático. Shumpeter (1984), por exemplo, ao defender que a democracia seja a “luta competitiva por votos”, contemplando os direitos políticos de sufrágio universal e paridade, não despreza a vontade dos diversos grupos (ainda que limite ação do cidadão médio no aparato político justificando-se pela sua suposta inferioridade mental).

Em síntese, esta soberania popular, ainda que somente para eleger um representante, presume um regime menos desigual, já que toda população poderá participar da decisão de como será o governo. Sendo assim, espera-se de uma cultura política democrática valores de igualdade e favoráveis a (algum nível de) participação da população. Neste sentido, a investigação dos valores que determinado grupo projeta sobre os vulneráveis denota sua percepção sobre a democracia.

No entanto, as suposições genéricas de que a democracia condiciona a valores favoráveis a soberania popular não encontram consonância na realidade. Os dados

brasileiros comprovam que a desigualdade e a democracia convivem muito bem. Temos hoje um cenário de estabilidade política reafirmada por vários teóricos, e paralelamente, quadros alarmantes de desigualdade social. Ainda que mais recentemente tenham sido anunciados dados de redução das desigualdades sociais³⁴, não é possível afirmar que o estabelecimento do regime democrático por si só reduz as desigualdades.

Aparentemente, a constatação da desigualdade também não cria impasses para a adesão da população ao regime democrático. Uma pesquisa realizada por Lucio Rennó, Amy Smith, Matthew Layton e Frederico Batista Pereira (2011) verificou que a população brasileira reconhece que a realidade vivida no país é desigual. E este reconhecimento, entretanto, não conduz a deslegitimação do regime político democrático.

Para os entrevistados da pesquisa em questão, o fator que mais influencia a não legitimidade de um regime democrático é a satisfação com os governantes. Esta variável é mais relevante que a constatação da desigualdade. Pode-se concluir que, para a população brasileira, é viável e legítimo que uma democracia conviva com altos níveis de desigualdade.

Algo semelhante se apresenta no survey aplicado a elite nãoestatal maringense. Entre os dirigentes, 98% afirmaram ser importante para eles viver em um país governado de forma democrática; e mais da metade dos questionados (53,7%) responderam que é totalmente importante viver democraticamente³⁵. Em sequência, quando questionados se eles vivem em uma democracia, 26,8% escolheram índices negativos da escala (respostas entre a faixa 1 e 5) e nenhum respondente afirmou viver em uma plena democracia (ponto 10).

³⁴ Em abril deste ano (2012), o IBGE apresentou os resultados gerais da amostra do Censo 2010. Através destes dados se verificou a alteração de vários índices que representam a desigualdade como a redução da mortalidade infantil, a queda da porcentagem de jovens que não frequentam a escola, a melhora do rendimento médio, entre outros. O Índice de Gini (base de cálculo das desigualdades) brasileiro anunciado no início do mesmo ano também demonstra esta queda. O Brasil atingiu neste ano o menor índice desde 1960 (quando o coeficiente começou a ser medido). No entanto, estes níveis ainda projetam o Brasil entre os doze países mais desiguais do mundo.

³⁵ A questão pedia que o respondente pontuasse em uma faixa de 1 a 10 quão importante para ele era viver em uma democracia. As respostas consideradas como totalmente importante são as de nível 10.

Ao buscar as possíveis questões que levaram a esta avaliação não plenamente positiva do regime democrático atual, tem-se que para os entrevistados os maiores obstáculos à democracia são a corrupção e a falta de educação.

Em outro momento, ao responderem quais são as questões mais relevantes para a atualidade brasileira, a educação e a corrupção estão entre as opções mais citadas, tendo que a pobreza é colocada em segundo plano.

Por tais dados, pode-se concluir que, para os entrevistados, o que mais influencia o não reconhecimento de uma plena democracia como governo atual não é a pobreza. Ainda que eles reconheçam a existência da pobreza no Brasil e se preocupam com a desigualdade, este reconhecimento não faz com que eles avaliem de forma negativa o regime democrático vigente.

A argumentação de O'Donnell (1999a; 1999b) conforma esta avaliação da população brasileira, e em específico, a avaliação da elite nãoestatal. Segundo o autor, é altamente possível que uma democracia possa conviver com quadros alarmantes de desigualdade social. É dado como exemplo o caso da Índia, cenário o qual se constatou a convivência de uma democracia estável com altos níveis de pobreza e desigualdade (O'DONNELL 1999b).

Afirma, desta forma, que a desigualdade por si não é capaz de desestabilizar a democracia. No entanto, o que está em foco em sua análise não é simplesmente a estabilidade do regime, pois argumenta contundentemente que os índices de desigualdade e seus desdobramentos diminuí gravemente a qualidade democrática. É este questionamento que tomo por orientação para a minha análise. Desenvolverei adiante esses argumentos de O'Donnell.

Cabe uma ressalva. Ainda que Rennó e colaboradores e O'Donnell concordem que é possível, sem causar desestabilidade do regime, a convivência da desigualdade com a democracia, há pesquisas que direcionam suas conclusões para direções opostas. É o caso de um estudo que compara regimes de 150 países com dados a partir de 1950 na busca dos fatores que determinam a sobrevivência de regimes democráticos (Przeworski e outros, 1997).

Abordando mais especificadamente a desigualdade de renda, os autores concluíram que não é possível afirmar que a desigualdade gera um impacto direto à

estabilidade democrática, mas verificaram que regimes democráticos com índices decrescentes de desigualdade tendem a ser mais longevos. Os autores chegaram ao cálculo que democracias com desigualdade decrescente têm uma expectativa de existência média de 84 anos, enquanto as com índices crescentes de desigualdade prolongam-se em média 22 anos.

Tendo esclarecido os pressupostos que considero ao relacionar desigualdade e democracia, abordo agora a relação destes dois pontos com as elites. Os textos utilizados aqui como referência do que a bibliografia tem concluído sobre a cultura política das elites têm, em sua maioria, como motivação para os estudos o desvelar dos processos sociais que consolidam as desigualdades. As análises de autores como Reis (2000), Scalon (2007), O'Donnell (1999b) confrontam conclusões que avaliam as desigualdades sociais como consequências (quase) inevitáveis de uma organização social ou de um regime democrático. As pesquisas elaboradas por estes autores questionam como a percepção e a atuação das elites está correlacionada com os índices de desigualdade encontrados.

Estes estudos demonstram uma contradição no pensamento das elites. Se por um lado as elites dizem preferir sociedades igualitárias e se preocupam com as condições de pauperismo encontradas, por outro os traços de sua cultura política levam a conclusões de que esperam a imutabilidade dos quadros de desigualdade, e em grande medida, agem para que sua expectativa se consolide. Scalon (2000) chega a afirmar que esta contradição, no final, “aprisiona” as massas. Isto porque as elites esperam mudanças, mas não abrem espaços possíveis para a mobilidade dos membros da não elite, o que acaba por conformar as desigualdades sociais.

Esta análise pode ser alvo de reflexão tanto dos dirigentes de FASFIL maringaenses, das elites locais, da cultura política nacional, ou ainda de contextos mais distantes. Como, por exemplo, o mesmo processo de tentativa de aprisionamento das grandes massas é verificado por Miguel (2002; 2003) na produção dos teóricos elitistas.

Ao discutir estas evidências quase como atemporais da relação das elites e dos contextos sociais de desigualdade que proporcionam, O'Donnell chega a afirmar: “*Los pobres son políticamente débiles*” (O'DONNELL, p.73, 1999b). Com estas expressivas palavras, o autor atenta que por mais que algumas teorias façam esperar que a

população marginalizada devesse (e vá) se organizar e lutar ativamente contra quem os oprime, não é isso o que acontece. O autor afirma que situações de reversão das desigualdades que partam dos pobres são casos esporádicos. Isto porque esperar tal supremacia política dos grupos mais precarizados é inviável.

Para o autor, esta debilidade dos pobres proporciona um cenário de oportunidades para que as elites ajam taticamente em defesa de seus interesses, tendo por consequência o aprisionamento das grandes massas (assim como citado por Scalon)³⁶. Tal conjuntura tem por consequência ações das elites de cooptação, repressão seletiva e isolamento político contra os grupos subalternos. Os estudos de O'Donnell apresentam claramente como esta debilidade dos pobres, aliada à atuação das elites, são prejudiciais para um regime democrático.

Os dados coletados reinteram as afirmações destes teóricos. A cultura política dos dirigentes das entidades estudadas expressa crenças que conformam as desigualdades sociais e produzem valores que diminuem a qualidade democrática. Tendo por base os estudos de O'Donnell (1999a; 1999b), Kerstenetzky (2002; 2003) e Miguel (2002; 2003), exponho três desdobramentos da desigualdade para a qualidade democrática. Sendo eles: (1) perda da autonomia; (2) desigualdade de direitos; (3) apatia política.

³⁶ Interessante ressaltar que para O'donnel, não é a atuação das elites que criam as desigualdades. Estes grupos se aproveitam de um diferencial já dado para consolidar sua soberania sobre os pobres. Explorarei no próximo capítulo o grau de responsabilidade das elites pelas desigualdades e suas motivações para agirem da maneira aqui descrita.

5.2.1 - Perda da autonomia

Tendo como princípio que a democracia pressupõe todo indivíduo como autônomo em suas escolhas, as desigualdades sociais tendem a diminuir esta capacidade autônoma. O'Donnell (1999a) elabora este pressuposto democrático da autonomia. Para ele, a institucionalização da igualdade do direito de votar e ser votado implica em uma aposta na autonomia das decisões de escolha. Em outras palavras, a aposta democrática requer que a todo cidadão (com a adesão ao sufrágio universal, todo indivíduo adulto de um determinado território) seja concedida uma capacidade racional e moral de realizar suas próprias escolhas. Requer ainda o reconhecimento de que todos, sem distinções, sejam dotados desta capacidade, devendo haver aceitação das escolhas dos outros.

A partir de princípios distintos, Miguel (2002; 2003) formula conclusões próximas. Para o autor, a autonomia seria um ideal democrático e não um pressuposto como para O'Donnell. Ainda como um ideal, a soberania popular, enquanto a capacidade de decisão de todos os cidadãos, é tida como primordial para a existência de um regime democrático. Isto porque garantir a potencialidade decisiva de todo cidadão tem por consequência condicionar o ideal de igualdade e possibilitar a participação “efetiva”.

Ambos os autores concordam que a prevalência de desigualdades sociais faz com que alguns indivíduos não tenham capacidade para gerir suas escolhas, trazendo prejuízos para a autonomia dos cidadãos na democracia.

Neste sentido, Miguel analisando a história da democracia contemporânea, afirma a predominância de grupos das elites que desenvolveram um discurso contrário à autonomia, reformulando o conceito de democracia para um governo de minorias instruídas, no qual cabe ao povo somente o voto. Neste sentido, democracia sem a garantia do ideal de autonomia é um reducionismo.

Sem querer confrontar as posições ideológicas do autor sobre a teoria das elites, destaco a afirmação de que a articulação das elites (e a intencional reafirmação das desigualdades) transfigurou um ideal de uma soberania popular para um cenário de desconfiança na decisão do povo, pois esses (dominantes) a consideram como “inalcançável”, “incapaz” e “potencialmente perigosa”.

Estes mesmos valores sobre a capacidade de decisão da grande massa foram também encontrados nos dados coletados sobre a cultura política dos dirigentes de entidades maringenses. Um primeiro sinal que destaco aqui é o reforço da manutenção das hierarquias encontrado nas respostas do survey. Os entrevistados deviam responder se concordam ou não com a sentença seguinte: “sem hierarquia definida nenhuma ordem se sustenta”. Dos respondentes, 87,5% concordaram, em algum grau, com esta afirmação (TABELA 5).

TABELA 5. DEPENDENCIA DAS HIERARQUIAS PARA A ORDEM SEGUNDO DIRIGENTES DE FASFIL MARINGAENSES, 2011.

Discorda totalmente	2,5
Discorda	10,0
Concorda	42,5
Concorda totalmente	45,0

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Outra questão do survey indica o reforço da hierarquia. Foi questionado quem acreditam que o governo deveria levar em conta na elaboração das leis. Deveriam escolher entre duas alternativas: a maioria da população ou um grupo seletivo com conhecimento. Desta vez, 67,1% afirmaram que o grupo seletivo deve ser mais ouvido (TABELA 6).

TABELA 6. QUEM DEVE SER CONSIDERADO NA ELABORAÇÃO DAS LEIS SEGUNDO DIRIGENTES DE FASFIL MARINGAENSES, 2011.

A opinião de pessoas que realmente saibam algo sobre o assunto	67,1
A opinião da maioria dos cidadãos	32,9

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Os participantes do survey evidenciam desta forma uma crença na ausência de capacidade da população no discernimento para com decisões políticas. Demonstram uma falta de confiança na ampla participação, e assim, reforçam a hierarquia como uma garantia de uma ordem. Tendo como premissa que só pessoas competentes devem ativamente atuar, os “outros” devem relegar-se ao seu espaço a fim de não comprometer o todo. Semelhante ao que defende Miguel (2002; 2003), a elite pesquisada não confia na decisão popular.

Ao contrário desse último autor que inviabiliza a democracia contemporânea após a constatação da atual negação da soberania popular, O’Donnell acrescenta, conformado, que toda a história da democracia foi permeada pela não aceitação da autonomia. Segundo sua análise, por toda parte há narrativas de um grupo dominante que se contrapõe à abrangência pressuposta pela democracia, argumentando que nem todos teriam decisões “confiáveis”. O não reconhecimento da autonomia dos indivíduos seria, nestes termos, o que configura esta “recusa” (por parte das elites) de uma consolidação democrática.

Defende que, ainda assim, há muitas conquistas com a consolidação dessa forma de governo, tal qual hoje temos, embora reafirme a necessidade de reforçar a autonomia para uma maior qualidade do regime. É possível reconhecer momentos nos grupos focais nos quais se denota a presença do não reconhecimento da autonomia dos assistidos.

(...) nós se defrontamos com essa situação no dia a dia ali, porque pra quem que nós realizamos a visita? [se referindo à atividade da entidade] Praquelas

peças que são as mais pobres da periferia. Daí a gente constata (segue a fala enumerando com os dedos): que os filhos não estão na escola, os pais não têm domínio mais sobre os filhos, 10, 12, 15 anos, acabou. Não há mais autoridade nos lares.

O argumento que predomina nos grupos focais é que há uma parcela da população que se distingue deles por diversos fatores. Tal distinção gera distanciamentos que vão de questões mais estruturais às mínimas atividades destes indivíduos. Deste modo é determinado que um dado grupo de pessoas é ignorante, não são capazes de fazer compras (em outros momentos afirmam que tais pessoas referidas são facilmente enganadas pelos anúncios de parcelamento de mercadorias) ou de cuidar de seus filhos. Ou seja, para além de uma barreira política, tal elite estudada não reconhece a autonomia de uma parcela da população para gerir a própria vida.

Em síntese, a autonomia como desdobramento da desigualdade gera uma mão de duas vias. Isto porque, como foi apresentado até então, a desigualdade social é o produto de um processo que gera distinções na sociedade e faz com que um dado grupo privilegiado aja em função de sustentar a sua posição. Por tais finalidades, este grupo afirma que os não membros (1) não são confiáveis; (2) não devem ser reconhecidos como autônomos.

Por outro lado, a posição de poder deste grupo é capaz de fazer com que a perda da autonomia se transfigure de uma ideia de reforço das distinções para uma situação concreta. Assim, além do desvelar de uma ação intencional de distinção, há em paralelo a verificação de que a desigualdade cria uma sociedade em que não há a totalidade de indivíduos plenamente autônomos. Isto acontece, entre outros fatores, porque a desigualdade de forças possibilita a cooptação de um grupo por outro (O'DONNELL, 1999b).

Em um dado momento, um participante afirma: “pessoas como nós que deveriam participar da política”. Deste modo, expõe sua insatisfação com classe política e renegação da capacidade cognitiva da população. Outro entrevistado complementa:

(...) é a falta de instrução do povo mesmo... de uma grande maioria mesmo é a falta de instrução. Porque eles são massa de manobra da classe política, e a classe política gosta disso daí mesmo. Fica... é fácil. Com pouca coisa, há uma certa dominação dessa classe. Com pouca coisa obtêm o voto deles.

Segundo esta argumentação, o problema central é que as pessoas em posse no governo não têm princípios corretos e cooptam a população, tornando-os facilmente manipuláveis. A troca dos governantes supriria esta problemática, se os possuidores dos “verdadeiros valores” participassem da política. Tem-se assim que invariavelmente a população será cooptada, variando apenas o autor do ato de cooptação.

Destaco, em suma, que se há uma realidade de assistidos sem autonomia, os dirigentes de FASFIL não somente constataam esta situação, como também naturalizam e reforçam a dependência gerada com a perda da autonomia.

5.2.2 Desigualdade de direitos

Um segundo fator que destaco como desdobramento da desigualdade que provoca a queda da qualidade democrática é a desigualdade de direitos. Ainda que apresente aqui como fatores distintos, há uma correlação intrínseca entre autonomia e direitos. Como afirma O'Donnell (1999a), a autonomia e seu reconhecimento (judicialmente e mútuo) significa garantir direitos iguais a todos. Para tal, é necessário que cada um respeite e reconheça esta igualdade para com os outros.

Ao analisar a bibliografia, O'Donnell conclui que os autores na busca de uma democracia realista embasam suas concepções democráticas em dois princípios básicos: (1) regras mínimas para a execução de uma eleição e (2) garantias mínimas (direitos básicos). Defende ainda que é possível definir claramente as condições para uma eleição, mas, por outro lado, os limites dos direitos básicos (mínimos) só se definem por indução.

Em outras palavras, não há como estabelecer exatamente quais liberdades são incluídas e quais podem ser excluídas para uma boa execução da democracia. E ainda, essas liberdades básicas variam conforme o tempo/espço. Alguns preceitos básicos da igualdade de direitos políticos são invariavelmente incluídos, como, por exemplo, o direito de votar e ser votado. No entanto, os participantes da pesquisa aparentam não defender a plena igualdade de direitos, mesmo quando ao que se refere a estas garantias mínimas.

Aspectos que ilustram como estão incutidos nos entrevistados valores que expressam uma expectativa pela desigualdade de direitos políticos foram encontrados nos dados do survey. Quando perguntados se os brasileiros sabem votar, 86,4% responderam que não sabem (em uma escala de 1 a 10, a estatística se refere às respostas de 1 a 5). Atentando ainda que nenhum dos respondentes afirmou que a população brasileira sabe votar (as respostas mais altas atingiram nível 7 na escala).

TABELA 7. BRASILEIRO SABE VOTAR SEGUNDO DIRIGENTES DE FASFIL MARINGAENSES, 2011.

	Extremo Positivo Níveis de 10 a 8	Extremo Negativo Níveis de 1 a 3
Brasileiro sabe votar	0	35,8

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Os dados apresentados indicam que os entrevistados não valorizam a capacidade de escolha da população, e por consequência, o direito político de soberania popular. Sendo assim, não consideram a autonomia popular como um valor democrático inviolável. Esta negação dos direitos políticos encontrada nos dados tem uma explicação já constatada. Como venho demonstrando na argumentação, os desdobramentos da desigualdade social minimizam as conquistas que o regime democrático traria, principalmente no que confere o acesso ao poder de grupos marginalizados – como no caso aos que trato como assistidos.

Entre estas conquistas está a equidade de direitos, que, como afirma O’Donnell (1999a; 1999b) são barradas em sociedades com altos índices de desigualdade. Como tal, a cidadania política, constituída pela noção democrática, é abalada com a desigualdade social.

Mais que os direitos políticos (como votar e ser votado), uma desigualdade econômica pode se reverter em desigualdade de direitos civis por um diferencial de acesso a recursos e a informação que impossibilita condições iguais de participação (KERSTENETZKY, 2002)³⁷.

O’Donnell (1999a) abarca na sua ilimitada construção básica de garantias, além das liberdades políticas, os direitos civis. Para o autor, elas seriam indissociáveis. Assim como descreve:

³⁷ Trabalhos com as mais diversas temáticas abordam este problema de desigualdade de acesso inferindo na construção democrática de igualdade de direitos políticos. Isto pode ser verificado em outros estudos sobre o associativismo (TONELLA, 2008), como também no uso da internet e tecnologias por movimentos sociais (PEREIRA, 2011), ou na dependência de recursos materiais e intelectuais para a participação em conselhos gestores (FUKS, PERISSINOTTO & SOUZA, 2004).

As liberdades políticas diluem-se em um conjunto maior de liberdades civis porque grande parte de sua prática efetiva, de suas origens históricas e de sua formulação jurídica primordial corresponde às liberdades civis. As liberdades de expressão e de associação são tipicamente civis; tornaram-se direitos sancionados por lei bem antes de serem reconhecidas como direitos "políticos" relevantes para um regime democrático. Dessa maneira, não há nenhuma linha divisória firme e clara entre os aspectos civil e político dessas liberdades. (O'DONNELL, 1999a)

Sendo também os direitos civis primordiais à democracia, Estados que têm eleições garantidas, mas não tem direitos civis respeitados, tem como consequências grupos de privilegiados que controlam a população. Cria-se assim, um estado de repressão e exclusão, e ainda promove a alienação das classes populares (O'DONNELL, 1999a).

Desta forma, os indivíduos marginalizados passam a ser reprimidos por uma condição que não responde igualmente, por exemplo, quando a legislação é para julgar um membro da elite e quando é para julgar alguém do "povo" (KERSTENETZKY, 2002).

O que destaco aqui é como tais fatores ecoam na cultura política da elite pesquisada. A fala a seguir reproduz ao mesmo tempo em que endossa uma desigualdade de direitos civis.

É muito triste! É muito triste o que observamos hoje. Muitas, mas muitas famílias ouviram falar de Jesus Cristo, ouviram falar. Mas muito superficialmente quando ouviram. (...) Então, são crianças que estão aí, sem batismo, sem catequese. E daí cresce daquele jeito... E até nós brincamos um pouquinho que é... nós percebemos que a criatura humana hoje não há muita diferenciação dos animais. O senhor mesmo falou no início aí que há muitos casais que não são regularizados, nem no civil e nem na igreja. Então qual é a diferença entre... dos animais. Então em todos os sentidos isso tá acontecendo hoje. Há um desvirtuamento muito grande dos valores. Então, a gente tenta trabalhar todos esses fatores aí.³⁸

Situações como as narradas acima demonstram que à medida em que cresce a vulnerabilidade, os assistidos parecem estar submetidos às regras e à moral imposta

³⁸ Esta fala já foi reproduzida anteriormente no segundo capítulo. No entanto, considero-a tão significativa para a compreensão da cultura política deste grupo e por isso a destaco aqui novamente.

pelas associações, seja qual regra for. Os dirigentes aparentam ter tanto poder em sua relação com o assistido que possibilita que sua moral ultrapasse os limites do pessoal, tornando-a uma norma geral.

Agindo desta forma, a entidade chega ao limite de agir em desconformidade com a lei vigente, quando, por exemplo, é contrária a lei sobre liberdade de culto, impondo que “todos deveriam conhecer Jesus”. Ou, como em outro caso, quando um entrevistado afirmou que atendem em sua entidade apenas “famílias”, ou seja, referia-se assim a casais (obviamente heterossexuais), casados no religioso e preferencialmente com filhos.

Com estas verificações pode-se concluir que, em sociedades desiguais, a vulnerabilidade representa, nestas configurações, perda de direitos civis básicos de uma parcela da população (direitos esses já garantidos juridicamente). Esta distorção tem por consequência a repressão da população menos favorecida que, ao não ter as mesmas garantias que os outros, ficam subjugadas aos valores dos grupos dominantes (e em uma relação mais íntima, aos valores estabelecidos nas entidades, quando necessitam destes serviços), não possuindo assim as mesmas possibilidades de contestar por suas crenças ou demandas.

O'Donnell acrescenta que, além dos direitos políticos e civis, uma concepção de democracia prevê a garantia de direitos sociais. A existência de desigualdades geraria um decréscimo na qualidade democrática na medida em que a desigualdade se embasa em desigualdades desses direitos.

(...) a simples e trágica situação das centenas de milhões de pessoas cujo desenvolvimento físico e emocional é "atrofiado" (esta é a expressão sintética usada pela literatura pertinente) pela desnutrição e pelas doenças típicas da extrema pobreza (...). Salvo no caso de indivíduos realmente excepcionais, [a desigualdade] impede a existência ou o exercício de aspectos básicos da *agency*, inclusive a disponibilidade de opções mínimas compatíveis com ela; essa "vida de escolhas forçadas" é intrinsecamente contrária à *agency*.³⁹ (O'DONNELL, 1999a)

³⁹ Por “agency” o autor conceitua o que preconiza como um fator base para a democracia, consequente da capacidade de autonomia de todo e qualquer cidadão.

O autor afirma no texto que a extrema pobreza desenha um cenário de desigualdades sociais contrário ao exercício da democracia. Neste sentido, há uma constatação que a garantia dos direitos políticos, civis e sociais são base de uma democracia com altos índices de qualidade. Em contrapartida, em situações de desigualdades sociais, nas quais existem grupos que monopolizam o acesso a tais direitos e/ou criam valores que descaracterizam a sua garantia, há a repressão de uma parcela da população, o que caracteriza a perda da qualidade democrática.

5.2.3 Apatia

A apatia política pode ser compreendida derivada dos fatores discutidos anteriormente. Os mais prejudicados pelas desigualdades sociais, sem autonomia, sem direitos, subordinados ao querer das elites dominantes, não têm espaços nem motivações para se envolverem nas decisões políticas.

A maioria dos depoimentos sobre os assistidos retrata uma expectativa dos participantes para que eles consigam superar todas estas adversidades aqui tratadas (e genericamente reconhecida pelos dirigentes, como demonstrei acima) a partir do esforço pessoal. Apenas em uma fala apresenta-se um argumento reconhecendo dignamente esta limitação da ação dos assistidos, compreendendo sua apatia política, o qual se aproxima da argumentação dos teóricos.

(...) pessoas que além da carência financeira, da carência de saúde, elas não têm condição de nada. Elas nem sabem que elas têm direito a alguma coisa. E se alguém falar para elas que elas tem direito a alguma coisa, elas não tem nem auto-estima o suficiente para ir atrás de algo e ir buscar.

Como apresentado na fala, a desigualdade social, como mais especificamente neste caso a desigualdade de condições econômicas, tem desdobramentos para a democracia à medida que a população sem privilégios não tem condições para participar dos espaços de disputa oferecidos (KERSTENETZKY, 2002; 2003). Como consequência, a desigualdade gera o isolamento político de uma parcela da população (O'DONNELL, 1999b). Com este cenário, quando se abre um novo meio de participação se verifica sua elitização, assim como é demonstrado em variadas pesquisas (LAVALLE, 2001; TATAGIBA, 2005; FUKS, PERISSINOTTO & SOUZA, 2004)

Por um lado, a apatia política é a consequência última de um processo de exclusão. Por outro, é também decorrente da ação da parcela privilegiada que, ao coagir pela manutenção de seu poder, reforça as distâncias entre os espaços de decisão e a população menos favorecida. Miguel (2002; 2003) desenvolve este argumento ao afirmar que as teorias elitistas propõem que a não participação teria um

valor positivo ao passo que a apatia política seria um sinal de conformidade da população para com o governo vigente.

Alguns argumentos coletados expressam as expectativas apáticas da população com os acontecimentos políticos. A crença da impotência do cidadão médio expressada abaixo segue tal expectativa. A discussão citada se desenvolve em situação onde os participantes do primeiro grupo focal expõem suas impressões sobre uma determinada charge.



- Aquele papai Noel (se referindo à gravura que representa o Lula na charge). (risos) Certo? O papai Noel com o chapéu alheio. (risos) Certo? Tomando dinheiro do coitado do trabalhador.
 - Exatamente
 - Descontente. Mas não pode fazer nada.
 - E... com a cara feia lá, mas tem que se conformar. Enfiaram a mão no bolso dele e fica quieto.
- (grifos meus)

O debate sugere que não cabe ao cidadão médio qualquer intervenção política. Há desdobramentos das decisões em um âmbito distante, e o “povo” “não pode fazer nada”. Há uma expressão nesta argumentativa de quase naturalização do afastamento político de uma parcela da população.

Com o isolamento político como resultado da apatia, os espaços políticos não projetam mais uma interação entre os diferentes. Partindo de argumentos semelhantes, Silva (2006; 2008) conclui que a desigualdade causa distanciamentos sociais que

impedem a criação de laços entre grupos heterogêneos, não fundamentando redes sociais que contemplem a diversidade.

Com avaliações próximas, Caldeira (2000) apresenta as consequências da segregação para a democracia. Segundo a autora, em situações em que é negado o acesso universal aos espaços públicos, de modo a não promover a interação entre os mais variados grupos, inviabiliza-se a construção de uma sociedade igualitária e com liberdades democráticas.

No caso estudado, ainda que possa haver distâncias físicas por causa da segregação, a ação da entidade promove o contato entre estes diferentes grupos. Por esta suposta interação, criou-se uma expectativa de que o associativismo poderia adensar o regime democrático. A análise dos dados sobre a cultura política dos dirigentes de FASFIL maringaenses, mais precisamente sobre a percepção que estes têm dos assistidos (julgando-os como responsáveis pela sua própria situação de pauperismo por causa da falta de empenho pessoal), põe em questão se somente a interação possibilita a construção de uma cultura democrática⁴⁰.

Com a cultura política aqui apresentada, o associativismo ao invés de adensar a democracia, acaba por reforçar as desigualdades. Esta é também a conclusão de Kerstenetzky (2003), Silva (2006) e Zanata Jr. (SILVA e ZANATA JR., 2008). Além das desigualdades serem replicadas no mundo associativo, os autores defendem ainda que a própria conduta associativa produza apatia e desigualdade. Estes argumentos possibilitam uma nova interpretação dos variados casos citados de falta de empenho dos assistidos, reproduzo abaixo um deles:

Lá [na entidade] nós criamos um curso de bordado, uma coisa que a pessoa pode fazer em casa. A gente vai doar todos os tecidos, vai ensinar a fazer todos os negócios de graça. Tinha 30 vagas, sabe quantas pessoas apareceram? Quatro. Sabe quantas foram no primeiro dia de aula? Uma. (...) Eu falei assim: Gente, pobre que é bom não tá parado, não é que ele tá empregado, ele não tá parado. Ele tá achando algum jeito de ganhar dinheiro. Ou ele vai arrumar um lugar de ir pra arrumar, ou ele vai catar lixo. Mais ele tá arrumando alguma forma de ganhar dinheiro. Ele tá atrás. Ele pode não tá dando certo. Mais ele tem empenho, entendeu. Agora tem gente que não quer. Essa eu não tenho vontade nenhuma de ajudar.

⁴⁰ Questionamento semelhante é encontrado no texto de SILVA (2006), ao que afirma: “(...) apesar da proximidade espacial, os diferentes segmentos constituídos pela desigualdade estrutural do país se mantêm posicionados em espaços sociais relativamente segmentados, em função da profunda distância relacional entre eles (p.117).

O participante diferencia os assistidos em bons e maus, tendo o empenho como diferencial dos dois caracteres. O problema apresentado é que por mais que a entidade tente promover os “maus”, eles não reagem. Dado tantos relatos, é sensato considerar que realmente exista um grupo sem “iniciativa”.

Os dirigentes justificam esta falta de empenho das mais diversas formas (o Estado, uma sociedade em mudança de valores, a natureza dos assistidos, entre outras origens). Já pela avaliação de Kerstenetzky e Silva, é a própria ação da entidade que produz esses assistidos sem perspectivas. Segundo Silva:

A combinação de desigualdade extrema, inércia social e incapacidade das instituições, ao garantirem os direitos constitucionais básicos, produz um contexto que desestimula o envolvimento associativo e a participação política. (...) o custo do fracasso das ações coletivas podem ser bastante elevado, com significativa deterioração do *status quo* dos participantes, circunstância suficientemente ameaçadora para deprimir o ânimo reivindicante dos mais necessitados. (SILVA e ZANATA JR., 2008, apud SANTOS, 2006, p. 116)

Com esta análise, os casos narrados de desinteresse pessoal podem ser avaliados como apatia e isolamento causados por uma ação associativa limitada pelas circunstâncias sociais de desigualdade, comprometendo assim a cultura política democrática do grupo pesquisado. Por pressupostos semelhantes, Kerstenetzky (2003) chega a concluir que o associativismo não reduz as desigualdades, mas sim, sociedades com baixos índices de desigualdade possibilitam a existência de uma vida associativa mais densa.

A exposição feita neste capítulo elenca os fatores que levam a desigualdade a reduzir a qualidade de um regime democrático a partir da exposição dos valores que o grupo tem sobre os assistidos. Foram enumerados três fatores: a perda da autonomia; a desigualdade de direitos civis e políticos; e a apatia política. A perda da qualidade democrática tem consequência direta na relação entre o grupo estudado com os mais vulneráveis, pois os valores demonstrados levam os assistidos a uma situação de cooptação, repressão e isolamento político respectivamente.

As evidências aqui demonstradas denotam que a elite estudada tanto reproduz os valores gerados desta estrutura de desigualdades, como ainda reforça as distinções. Aparentemente, esperam uma continuidade dos traços denunciados e assim levam os assistidos a um cerco fechado sem possibilidades de reversão. Em alguns pontos afirmam que seja possível a redução das desigualdades, mas além de legitimar as características citadas como consequentes de uma situação de pauperismo, elas são tidas como quase naturalizadas.

6 – Elite

A elite corresponde o último objeto de análise aqui considerado. Até então temos que a responsabilidade da desigualdade social recai para, primeiramente, o Estado, e em segundo plano, para os assistidos. A entidade assume as funções de assistência que julgam ser do Estado, embora não assuma suas responsabilidades. Neste cenário, cabe esclarecer o papel das elites na percepção dos dirigentes de FASFIL. Em seguida, exponho como os entrevistados definem a elite e, por fim, exploro as motivações de seu engajamento, propondo uma explicação para a relação elite e constituição das desigualdades.

6.1 - A Dissociação da Elite

Quando questionados no survey se a “concentração de renda” e a “monopolização de oportunidades por poucos” são responsáveis pela pobreza, os entrevistados responderam em média afirmativamente (TABELA 8).

TABELA 8. RESPONSABILIZAÇÃO DA ELITE SEGUNDO DIRIGENTES DE FASFIL MARINGAENSES, 2011.

Questões referentes à responsabilização da elite sobre a pobreza	Importante (índices de 6 a 10)
Concentração de renda	68,2
Monopolização de oportunidades por poucos	65,9

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Corroborando com esta afirmação, 69,1% dos entrevistados consideram que o comportamento da elite é uma importante questão para ser pensada na atualidade. Encontra-se nestes dados um relativo reconhecimento de que as elites têm deveres sobre a desigualdade. No entanto, quando perguntados diretamente no grupo focal sobre a “monopolização da oportunidade por poucos”, a negação foi unânime.

(...) ‘Monopolização das oportunidades por poucos’, isso já foi. Hoje não é mais. Hoje o camarada... Hoje se a pessoa realmente (reforça a voz) quiser, oportunidade não falta. Não falta! Hoje a pessoa fica desempregada se qué. Essa é a verdade! Oportunidade de trabalho, de emprego, de renda, tem sobrando. Eu garanto! Eu garanto!

Segundo os discursos dos grupos focais, a monopolização de oportunidades é considerada como uma questão antiga, ultrapassada. Reconhecem a existência desse fenômeno, mas acreditam que ele não se aplica à realidade deles, principalmente

porque acreditam que no contexto regional e atual há uma grande oferta de oportunidades, criadas principalmente pela iniciativa privada e pelas entidades assistenciais. Em paralelo, há pessoas que por incapacidades pessoais não buscam essas oportunidades.

Nos argumentos, de forma geral, as elites surgem como benfeitores que oferecem oportunidades. No entanto, em alguns momentos, representam-na como má intencionada, e, em algum nível, responsável. Isto acontece, por exemplo, quando um dos entrevistados justifica a desigualdade pelo sistema tributário brasileiro. Esse informante afirma que em outros países o sistema tributário é mais igualitário, pois a maior parte da contribuição vem de impostos sobre propriedades, e não sobre o consumo. No Brasil, segundo ele, ocorre o contrário, por isso julga que “a nossa carga tributária ela é extremamente injusta e reversiva, e ela recai em cima do pobre”.

- (...) Então ele [o sistema tributário] penaliza mais pesadamente os mais pobres, o modelo brasileiro. Enquanto o modelo europeu em geral ele... Dois terços do total da arrecadação vem do imposto direto, aquele que detém patrimônio que paga mais. Agora, aqueles que não detém paga... paga pouco ou nada. Aqui no Brasil nós temos um modelo criado já a muito tempo. Por isso nós temos essa situação... de injustiça fiscal e má distribuição de renda. Isso também acaba dando esse problema da desigualdade social. (...) Por quê? Porque o seguinte ó. No Brasil, os detentores da riqueza paga menos imposto proporcionalmente.
- É por isso que o rico fica cada vez mais rico e o pobre fica cada vez mais pobre” (grifos meus)

O trecho citado reflete como a situação de privilégios das elites é associada mais a uma falha na estrutura que “já [existe] há muito tempo”, do que a uma ação intencional do próprio grupo privilegiado. Na argumentação, não reconhecem claramente que a falha estrutural que criticam privilegia as elites. O grupo que avaliam como privilegiados são os diretamente envolvidos no poder executivo e legislativo. Para os entrevistados, estes detém o poder e agem intencionalmente.

Ou seja, há uma indicação de que se há algum privilégio para as elites, é também devido ao Estado faltoso.

Assim, nas falas dos grupos focais, a responsabilidade das elites sobre a desigualdade é transferida para outros, seja para o Estado ou para os assistidos. Elisa Reis (2000) apresenta uma reflexão em seu artigo que contribui para esta análise. A autora observa em sua pesquisa que, por um lado, as elites acreditam ser desejável e executável a transformação da sociedade, a diminuição da desigualdade e do pauperismo. No entanto, esta transformação não acontece, e nem há uma pressão intensificada por parte da elite para que aconteça.

Segundo a autora, isso ocorre porque a elite não se sente responsável pelo quadro social encontrado, transferindo-a para o Estado. Constata ainda que esta posição de distanciamento entre elite e Estado é encontrada até mesmo entre grupos diretamente relacionados com o Estado, como a elite política (parlamentares) e a elite burocrática (superiores da burocracia pública).

Na argumentação do grupo focal também foi verificada essa transferência de responsabilidade. Primeiramente para o Estado, que pela expectativa de ser o grande executor, acaba por ser também responsável por uma organização social com privilégios. E, em segundo, para os assistidos.

Se por um lado não responsabilizam as elites, por outro também não se afirmam como pertencentes a elas. Este fator é verificado tanto no survey quanto nos grupos focais. Primeiramente nos surveys, quando questionados sobre o pertencimento a classes sociais, mais de 70% responderam pertencer à classe média⁴¹. No entanto, mais de 40% afirmaram ter uma renda familiar maior que dez salários mínimos. É perceptível assim que não se incluem no grupo da elite. Em contraponto, também não se identificam com um grupo de pessoas que não agem da forma que acreditam ser corretas.

(...) “Eu não vou me submeter a trabalhar por oitocentos reais”. Que absurdo! Não é? Hoje uma família com cinco membros, cada um ganhando oitocentos reais, são quatro mil reais de renda. É... puxa... É uma excelente renda. Não é? Só que hoje o que acontece? O povo num... Dois três trabalha e quatro cinco se encosta. Né... é essa daí a realidade hoje, do povo, da nação. Daí eu me atrevo a dizer da nação. E é uma tristeza, não é?”

⁴¹ Entre as respostas possíveis estava classe baixa, média-baixa, média, média-alta e alta.

Descreve-se desta forma uma realidade “do povo”, da “nação”, mas não se incluem ao povo e não estão contidos no cenário de desgraça da nação. Como demonstrado, apesar do grupo pesquisado não se reconhecer como elite, nas sublinhas de algumas falas (como nessa distinção entre eles e “o povo”), aparecem demarcações de distinção.

Esta distinção é reforçada, por exemplo, quando um dos participantes narra a história da família de conhecidos. Na fala, ele conta que quando o pai de família abriu mão de sua posição de autoridade, permitiu que vários casos desastrosos acontecessem. E faz uma ressalva:

- E isso, veja bem o que eu tô comentando, não é um problema... Que a gente pensa que isso daí é só coisa de família desajustada não.
- (intervenção de concordância) Sim.
- São famílias, entendeu? Que a primeira vista é a nata da sociedade.

O entrevistado sente a necessidade de destacar que o problema é social, não apenas de uma classe. Ou seja, enfatiza porque sua expectativa é que os outros acreditem que seria apenas uma questão para os outros, não para eles. Há aí uma diferenciação, demarcada principalmente pelas expressões que escolheu para se retratar. Eles seriam a “nata da sociedade” e os outros os de “família desajustada”.

Em alguns trechos aparece ainda uma necessidade da segregação, como intencional e estrategicamente eficaz.

- [...] o prefeito aqui anunciou uma vez, (...) botou aí em São Paulo Curitiba outdoor dizendo: “Maringá – cidade que todo brasileiro gostaria de morar/viver”.
- Vir né.
- Aí não sei o que... o que que aconteceu? Aconteceu também com Ribeirão Preto. Em Ribeirão Preto o prefeito falou que era a Califórnia Brasileira. Daí o que que aconteceu? Deu nem dois três anos que encheu de bandoleiro, de não sei o que. Quer dizer, vem gente boa e vai vir gente ruim. Então, é a mesma coisa quando eu falo, quando você globaliza as coisas, não vem só coisa boa. É mais fácil vir os piores do que os...

Ao justificar as mudanças que aconteceram na cidade de Maringá nos últimos anos, os participantes do grupo focal expressam uma necessidade e desejo de seleção dos “melhores” (em contraponto aos “piores”). Há, nestes argumentos, uma busca pela segregação criando um discurso para inferiorizar um dado grupo da sociedade e se distinguir.

Algumas questões do survey apresentadas já quando abordado os desdobramentos da desigualdade para a democracia também reforçam este valor de diferenciação. Como quando afirmam que somente alguns deveriam participar da política, ou ainda quando alegam que a maioria da população não sabe votar. Outra estatística reflete a análise aqui composta. Perguntados agora se concordam que “a melhor sociedade é aquela onde cada um sabe o seu lugar”, 87,7% responderam afirmativamente.

TABELA 9. A MELHOR SOCIEDADE É AQUELA ONDE CADA UM SABE O SEU LUGAR SEGUNDO DIRIGENTES DE FASFIL MARINGAENSES, 2011.

Discorda totalmente	2,5
Discorda	9,9
Concorda	53,1
Concorda totalmente	34,6

Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não-estatais”, 2011.

Em minha análise retrato os entrevistados como uma elite. No entanto, os entrevistados não se autorreconhecem desta forma. Mas também não se classificam da mesma forma que os assistidos, reforçando distinções entre eles e o que tratam por “povo”. Assim, as defesas e avaliações do grupo pesquisado tendem a reafirmar as distinções e recriar hierarquias. Sigo a argumentação na investigação das razões para tais defesas desta elite.

6.2 – Inversões de valores

Já verificamos que os dirigentes de FASFIL maringaenses reproduzem valores que legitimam a desigualdade (ao defenderem que a educação é a chave solucionadora, ao reafirmarem as distinções e as hierarquias, ao naturalizarem as desvantagens que as desigualdades trazem para os assistidos) ao mesmo tempo em que se organizam em entidades para, em algum grau, rever estas mesmas desigualdades. Os argumentos aqui expostos apresentam possíveis explicações para tais representações desta elite nãoestatal.

Algumas análises direcionam para uma hipótese de que as elites, empunhadas de seus objetivos, agiriam intencionalmente e, a partir de suas ações altamente racionais e estratégicas, consolidariam o cenário de desigualdades encontrado. No entanto, considerar a elite como um ator capaz de compor toda a estrutura, impondo-se sobre ela, não seria seguir a lógica do discurso (elaborado pela própria elite) de que este grupo é dissociado do resto da sociedade?

Em resposta a esta ressalva, elaboro inicialmente algumas observações à luz das conclusões encontradas em Scalon (2004). No artigo em questão, a autora apresenta os resultados e análises de uma pesquisa comparativa sobre a desigualdade aplicada a oito países (Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos, Hungria, Portugal, Rússia e Suécia)⁴². Ao investigar sobre como cada um destes países percebem as desigualdades, foi indagado no questionário qual o valor que os entrevistados acreditavam que deveria compor o salário de diversas profissões (ao todo são nove, as quais variem entre as mais reconhecidas – como médico ou empresário – às mais desvalorizadas – como vendedor e operário).

⁴² Para as finalidades da pesquisa apresentada por Scalon, foi considerada uma construção homogênea entre as respostas do survey. Não havendo distinções nestes resultados entre posicionamentos de elite e de não elite.

TABELA 10. DIFERENÇAS ENTRE AS MÉDIAS CALCULADAS A PARTIR DOS SALÁRIOS QUE DEVERIAM SER RECEBIDOS POR CADA OCUPAÇÃO, SEGUNDO O PAÍS.

Ocupações	Países							
	EUA	Hungria	Suécia	Rússia	Espanha	Portugal	Chile	Brasil
Médico	4,66	2,56	1,93	2,35	1,81	3,42	4,37	5,93
Diretor de empresa	6,48	7,58	2,96	13,16	2,54	5,97	15,42	11,89
Adogado	4,14	4,13	2,29	4,50	2,01	4,10	5,28	6,34
Ministro	3,52	4,96	2,32	9,34	2,56	5,31	7,32	8,86
Empresário	5,05	9,61	3,14	9,27	2,54	4,35	23,70	8,29
Juiz	4,66	5,18	2,63	8,71	2,57	5,74	7,41	10,03
Vendedor	1,03	1,14	1,02	1,29	1,02	1,14	1,98	1,00
Operário não qualificado	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	2,80	1,34
Operário qualificado	1,48	1,34	1,18	2,28	1,19	1,40	1,00	1,88
Sua ocupação	1,83	1,57	1,31	2,28	1,23	1,49	1,17	1,48

Fonte: Scalon, 2004.

A autora destaca que os dados representam as “desigualdades ideais”, tornando singulares as observações obtidas desde então. Com os dados ilustrados acima podemos perceber três grupos de países que se distinguem quanto ao diferencial de salários. Um primeiro grupo de menores diferenciais composto por Hungria e Suécia; um segundo com Portugal, Estados Unidos e Hungria. E por último, os que projetam idealmente sociedades mais desiguais são Rússia, Chile e Brasil. Scalon salienta que mesmo que as respostas dos chilenos indiquem percentuais mais extremos, os brasileiros são os com perspectivas ideais mais desiguais, já que a média das disparidades é a maior entre os países da pesquisa.

Ao comparar estes resultados apresentados na pesquisa citada com os índices de Gini de cada país (TABELA 11) é possível extrair uma explicação para estas distinções entre países. De forma geral, quanto menor a desigualdade de um dado lugar, menos desigualdade é projetada idealmente por seus habitantes. Neste nível, o questionamento é sobre o grau de influência que têm o contexto de desigualdade no qual se vive para a sua percepção do que seria uma situação de não desigualdade.

TABELA 11. ÍNDICE DE GINI POR PAÍS

Países	Índice de Gini
Brasil	60,7
Chile	56,7
Rússia	48,7
Estados Unidos	40,8
Portugal	35,6
Espanha	32,5
Suécia	25,0
Hungria	24,4

Fonte: Scalon, 2004

Estes dados podem explicar valores contraditórios encontrados nos discursos das elites, como a convivência do desejo de que as haja resolução dos problemas que causam o pauperismo com valores que incentivam a imutabilidade e legitimam as desigualdades (como o reforço das distinções). Sendo assim, em algum grau, a perspectiva de anseios por mudanças e por imutabilidade convive na cultura política da elite estudada, dado o vínculo destes sujeitos ao contexto em que foram socializados.

No entanto, como procurei demonstrar anteriormente, a elite pesquisada não só espera a imutabilidade, como também contribui para sua consolidação. Em outros termos, ao mesmo tempo em que é inegável a influência que o contexto de desigualdade tem sobre a percepção das pessoas que vivem nele, não há como explicar a desigualdade somente no fato de ela existir, como se a desigualdade social se autogerisse. Por outro lado, também não há como afirmar que somente as elites são responsáveis por sua situação de privilégios, como se estes realmente fossem dissociados da sociedade.

A apresentação de Scalon dá indícios a uma interpretação da interatividade, tendo que ao mesmo tempo em que a situação de desigualdade social condiciona a percepção da população, a população, por sua vez, também reforça uma cultura de desigualdade. As pesquisas da autora concluem ainda que as elites demonstram

maiores expectativas pela manutenção das desigualdades que a não elite (SCALON, 2007).

Esta interatividade entre posições de elite e condicionamentos da desigualdade⁴³ pode ser compreendida a partir das análises de Norbert Elias (1994; 2005; ELIAS e SCOTSON, 2000)⁴⁴. A fim de expor esta explicação da ação política das elites em sua inter-relação com o todo, proponho uma associação das reflexões encontradas em Elias com a defesa dos participantes dos grupos focais quanto a uma crítica da inversão de valores da sociedade contemporânea, assim como exposta adiante:

- Você tinha a miséria há quarenta anos atrás, a sessenta anos atrás, maior do que a de hoje. Mas tinha no passado uma coisa que hoje deixou de existir, ou não está tão claro, né, a questão da família. Eu colocaria no passado, como as pessoas eram miseráveis juntas
(...) elas tinham que se ajudar, cooperar, né. Então... a família era uma coisa importantíssima pra isso, e aí os amigos, os parentes, né. (...) Então as famílias hoje, que o nosso foco, elas são mais desintegradas.
- E isso acaba enfraquecendo...
- Enfraquece a toda comunidade, entendeu? Então, por exemplo, quando um filho tinha um problema de droga, de alcoolismo, desemprego, o entorno absorvia ele. Quer dizer, mesmo miseráveis, eles se ajudavam mutuamente. Não só na questão material, como na questão afetiva, do apoio emocional, etctera e tal. E o que [as pessoas entidade que representa], por exemplo, vivenciam hoje é... essa desintegração.
- São valores que se perdeu.
- O individualismo, né... se exacerbando em detrimento do coletivismo.

O argumento ilustrado nesta fala é desenvolvido com um formato similar nos dois grupos focais. Em ambos, retratam que a miséria do passado era mais severa que a de hoje, no entanto, antes havia cooperação entre os indivíduos. Hoje, ainda que o pauperismo seja menos acentuado, o fator prejudicial são os valores de coletividade

⁴³ Venho desenvolvendo esta interpretação interativa da ação das elites ao longo do texto, sendo evidenciada na negação da racionalidade dos sujeitos em suas posturas quanto aos projetos políticos (capítulo 4); nas variadas ações que conformam a reprodução das desigualdades no sistema escolar, como afirmado por Bourdieu (capítulo 5.1).

⁴⁴ De modo diferenciado ao aqui proposto, Silva (2006; 2008) também analisa a sociedade civil a luz dos pressupostos elaborados por Norbert Elias. Segundo Silva, a interatividade desenvolvida pelo autor citado proporciona uma interpretação mais qualificada para a realidade brasileira, que foge do essencialismo e das polarizações das noções de Estado e sociedade, possibilitando uma compreensão dos processos sociais que consolidam a sociedade civil.

perdidos, repetidamente representados nos discursos pelas mudanças na relação familiar.

No trecho acima é citado o individualismo, mas outros valores são associados a essa inversão: “Eu acho que nós regredimos muito, sabe... Nós perdemos o senso de solidariedade, o senso de transparência, o senso de probidade, entendeu? Houve uma inversão muito grande. Os valores... os valores passaram a... Assim: o ter, não ser.” Interpretam essa mudança de valores como geral e prejudicial a toda sociedade.

Ainda que a inversão de valores atinja a toda a sociedade, na interpretação dos participantes, eles representam um seleto grupo de pessoas que ainda resguardam o modo de vida reconhecido por eles como correto. Tem como uma das motivações para participar de entidades como as FASFIL a partilha de sua moral, como se a ação tivesse como finalidade a busca do retorno aos “bons valores”.

A grande parte de quem entra [na entidade], a pessoa ela vai lá com a intenção realmente de ajudar e se você olhar pra vida dela, ela é um bom pai, ela é uma boa mãe, sabe, é um bom empresário, faz a coisa direito, é um bom cidadão, é um bom motorista. Não que ela seja perfeita, mais que ela tenta conduzir a vida dela daquela maneira. E que ela quer partilhar isso com os outros. Ela quer fazer a diferença na vida dos outros, ela quer ajudar. Então a primeira motivação, eu penso, pra você entrar numa instituição é isso.

As análises de Elias e Scotson (2000) sobre a atuação dos que denominam como “estabelecidos” possibilitam uma compreensão dessa inversão de valores. Para os autores, estabelecidos são grupos de posição, de prestígio e poderes. Estes são comumente reconhecidos como a “boa sociedade”, sua imagem é consolidada a partir da tradição de seu posicionamento e da autoridade e capacidade de influência em relação ao todo⁴⁵.

Segundo essa perspectiva, a inter-relação entre os indivíduos, central nos processos sociais, consolidam grupos variados, podendo se estabelecer entre eles

⁴⁵Essa perspectiva teórica que agora mobilizo entende que os processos sociais decorrem da inter-relação entre os grupos. No entanto, meu estudo tem por foco somente a perspectiva das elites. Ainda assim, a utilização deste referencial pode ser profícua.

diferenciais de poder. A existência deste desequilíbrio de poder representa a instabilidade das relações sociais, inerente a ela as tensões e os conflitos. O potencial de poder se dá, em algum grau, pela capacidade de integração e articulação do grupo dominante.

O diferencial de poder é fator central na teoria, pois é a partir dele que se condiciona a divisão de grupos entre os estabelecidos dominantes (grupos com poder) e os outsiders (os grupos que estão a fora do poder) e ainda é deste fator que decorre as consequências da divisão de grupos (sendo elas maiores ou menores dependendo do quão efetivo é o diferencial de poder). Mas isso não significa afirmar que este diferencial é estável, pelo contrário. O conflito entre grupos só se estabelece pelo temor que o dominante (sem ter exata noção de sua posição de dominância) tem da instabilidade de sua situação, por isso há intensas tentativas de reforço e controle.

Para os autores, a inter-relação dos grupos diante do diferencial de poder é capaz de fazer com que os estabelecidos identifiquem-se como “melhores” e acreditem compartilhar de uma “virtude humana superior”. Por tais características, criam uma distinção e se auto diferenciam. Em contrapartida, é criado um mítico anômico para os que estão fora dos padrões de distinção. Estigmatizam estes – os outsiders – ao criarem rótulos que os caracterizam como “humanamente inferiores”, individualmente e coletivamente.

Reforço aqui que por mais que haja a intencionalidade das elites dominantes ao se distinguir e cerrar fileiras, ela (tanto a elite quanto sua intenção) não é racional. Para Elias (1994), as motivações do indivíduo estão sempre ligadas às emoções deste, pois não tendo controle sobre seus pensamentos e ações, sua resposta está associada aos medos e tensões. Acrescenta ainda que, como em um ciclo, quanto maior a compreensão que a pessoa tem de sua situação, maior é o seu afeto (ou seja, mais a resposta se embasa no emocional, nos medos e ameaças); e vice-versa.

Um possível paralelo entre a teoria e o objeto de estudo ao correlacionar os estabelecidos com os dirigentes de FASFIL (como representativo grupo das elites) e os outsiders com os assistidos. A análise dos autores leva a afirmar que a elite estudada cria estratégias para a manutenção deste diferencial de poder, por temor de perder o

status. Como consequência deste temor, reforçam as distinções, criam estigmas e “cerram fileiras” (ajuntar-se entre iguais, não possibilitando a entrada de “estrangeiros”).

Desta maneira, os dirigentes reafirmam-se como os transmissores dos valores perdidos, em contraste aos assistidos, que seriam os maiores prejudicados por essa cena atual de inversões. Reforçam assim as distinções entre os dois grupos. Estigmatizam ainda os assistidos, retratando-os como sem empenho e sem valores; afirmam que suas famílias são desajustadas, que não têm valores dignos, que não cuidam de seus filhos, os sem educação (não somente no sentido institucional, como também moral). Com tal argumentação, cerram as fileiras para os assistidos, reforçam que eles não têm consciência e autonomia para participar da vida pública, para gerir a própria vida.

Os valores construídos pelos entrevistados exercem a função da manutenção do diferencial de poder. Para tal, preservam o que julgam ter valor e excluem os assistidos destes espaços valorizados. Nas palavras dos autores, os estabelecidos “protegem sua identidade grupal e afirmam a sua superioridade” (ELIAS, SCOTSON, 2000, p.25).

Sendo o pressuposto a inter-relação entre os grupos, Elias e Scotson investigam os efeitos para os outsiders do estigma e do cerrar fileiras. Para tal, os autores esclarecem como seria a “sócio-dinâmica da estigmatização”. Nestes termos, avaliam que os esforços depreciativos exercem forte influência sobre os outsiders, ao ponto de criar déficits afetivos e intelectuais. Os outsiders enfraquecidos acabam por confirmar as expectativas negativas empregadas pelos dominantes.

Deste modo, além de incentivo de valores depreciativos, a busca da manutenção do diferencial de poder configura diferenciações factuais entre estabelecidos e outsiders. Ou seja, quanto mais efetivo o diferencial de poder, mais os valores depreciativos têm correspondência a um quadro de realidade. Com este argumento que Elias e Scotson justificam os diferenciais cognitivos entre estabelecidos e outsider comprovados em testes de QI em situações em que as crianças de ambos os grupos convivem em um mesmo espaço de socialização. Os diferenciais de QI representariam as consequências do processo de estigmatização e do cerrar fileiras que as crianças membros dos grupos outsider sofrem.

A conclusões próximas também chega O'Donnell (1999a, 1999b), ainda que partindo de perspectivas diferentes. Para o autor, é o diferencial de poder que, por um lado, possibilita que hajam privilegiados e que esses ajam em função da manutenção de seus privilégios, e por outro, debilita uma parcela da população. Os privilegiados, por sua vez, buscam intensamente a manutenção deste quadro, o que agrava a debilidade dos pobres.

Assim como desenvolvo no capítulo sobre os desdobramentos para a qualidade democrática, O'Donnell reforça, deste modo, que a atuação das elites ultrapassa a criação de valor negativo relegado aos que estão marginalizados para uma ação concreta de privilégio. Ou seja, para o autor, assim como para Elias e Scotson, a medida que o diferencial de poder é efetivo, efetiva-se também as perspectivas que as elites (estabelecidos) tem sobre os grupos marginalizados (outsiders).

Deste modo se explica os dados onde os dirigentes de FASFL maringaenses demonstram valores que difamam os assistidos, ao mesmo tempo em que descrevem uma situação concreta. Como, por exemplo, quando falam sobre a educação dos assistidos. É fato mais que verificado que os assistidos têm níveis educacionais inferiores comparado aos do grupo entrevistado. Mas estes dados não esclarecem as causas para o diferencial educacional, e ainda, a interpretação que fazem sobre o caso (como demonstrado, afirmam que dos diferenciais educacionais decorrem diferenciais de formação moral, transformando os assistidos em indivíduos incapazes de gerir a própria vida).

A explicação exposta acima indica que há dois movimentos paralelos. Por um lado, as elites (e os dirigentes enquanto integrante destas) criam valores que estigmatizam e excluem uma parcela da população. Isto ocorre, por exemplo, quando defendem que os assistidos, por não ter educação, não têm capacidade de organizar suas economias domésticas, não sabem fazer compras, não sabem cuidar de seus filhos. Em segundo lugar, a ação de estigmatizar, quando efetiva, cria um cenário conveniente a quem proferiu os estigmas. Evidentemente há diferenciais de educação e disto realmente decorrem diferenças sociais.

Este panorama de diferenciais de poder é salientado nas ações das entidades, tendo desta forma, um organizador das ações (os dirigentes) se pressupondo superior a

quem ele intenciona beneficiar. Esta relação pode ser compreendida a partir do conceito de Becker (2008) de empreendedores morais. Segundo o autor, as regras são fruto de um processo social. Neste, há um grupo mais empenhado na criação e imposição de regras (os cruzados morais). Estes agem não simplesmente por seus interesses particulares ou por impor sua regra aos outros, mas principalmente porque acreditam que desta forma estariam ajudando os outros.

Esta parece ser a finalidade dos entrevistados para a atuação em entidades sem fins lucrativos, como demonstram quando perguntados sobre o papel das entidades:

Desenvolver o ser humano dentro desses valores justamente, éticos e morais. Tentar mostrar pro ser humano o quanto que ele tem de, é... Primar pela ética, pela moral, pelo desenvolvimento pessoal, e desenvolvimento pessoal dele, entende?.

Com tais perspectivas, os dirigentes se valem de seu diferencial de poder, e com tais ações, conseguem reforçar uma supremacia perante os assistidos. E ainda, como afirma Becker, transferem um diferencial social em diferencial moral:

Mas esse fato – que as cruzadas morais são em geral dominadas por aqueles situados nos níveis superiores da estrutura social – significa que eles acrescentam ao poder que extraem da legitimidade de sua posição moral o poder que extraem de sua posição superior na sociedade. (BECKER, 2008, p.154-155)

E é graças ao sucesso de tais empreendimentos que os dirigentes conseguem ser legitimados como promovedores de ações sem fins lucrativos, se tornam representantes da sociedade civil organizada possibilitando o acesso aos conselhos gestores e outras formas de participação do aparato público.

Esta análise possibilita a elaboração de como o grupo estudado pode constituir-se como um grupo de elite nãoestatal influente no cenário municipal, como ainda explora os meios utilizados para que assim se mantenham. Desta forma, contrasta uma

análise estática da relação entre elite-sociedade (assim como proponho na introdução com os pressupostos de Bachrach e Baratz (2011)). Contrasta ainda uma interpretação nãointerativa entre indivíduo e sociedade, na qual, por vezes, considera-se as elites dissociadas do conjunto, capazes de mobilizar e controlar a estrutura social.

Para Elias e Scotson (2000) haveria um grupo estabelecido o qual teria uma relação com os outros de disparidade de poderes. Associando os estabelecidos com os dirigentes, é possível avaliar que eles criam valores de distinção para com os assistidos, estigmatizam-nos e cerraram fileiras a fim de manter a disparidade de poder e defendendo-se da inversão de valores ocorrente na sociedade. Este posicionamento não é racional ou intencional, eles reagem a uma situação já dada e defendem seus interesses da maneira viável. Ainda assim, consolidam uma situação de privilégios e, em grande medida, conformam as desigualdades a fim de manter seu *status quo*.

Considerações finais

Esta dissertação apresentou resultados de pesquisa sobre a cultura política dos dirigentes de FASFIL credenciadas maringauenses, focalizando especificamente a percepção deste grupo sobre a desigualdade social. A investigação intencionou ainda a compreensão de como o grupo entende a ação política e a democracia, contrastando o que foi observado com as respostas do survey e dos grupos focais com o que a bibliografia até então tem afirmado.

Pode-se avaliar que os entrevistados creditam grandes expectativas às ações das entidades que representam, acreditam que estas possam dar grandes contribuições para a redução das desigualdades, no entanto, não responsabilizam as FASFIL pelo cenário de desigualdade existente. Defendem que as ações das entidades devam ser por uma benfeitoria, não por um dever. São contrários às ações que determinem rigorosamente a conduta da entidade, sendo contrários às tentativas do Estado de fiscalização de suas atuações e a consequente profissionalização.

No inverso, os entrevistados expõem uma má avaliação das ações do Estado contrastando com grandes expectativas de que esta seria a instituição central na sociedade, estruturadora das condições econômicas, sociais e políticas. Esperam ainda que o Estado seja responsável pela conduta moral dos indivíduos. Enfim, se há um cenário de desigualdade, em grande medida se deveria a uma falha na atuação do Estado. Tal expectativa contesta as conclusões até então aceitas de que este grupo representaria um associativismo com referências neoliberais. A avaliação das perspectivas dos dirigentes leva a conclusões sobre a pluralidade de projetos políticos projetados por estes, tendo mutuamente elementos neoliberais, democráticos, autoritários e neodesenvolvimentistas.

Se há de um lado uma grande responsabilização do Estado para a desigualdade, de outro há a culpabilização dos assistidos de sua própria situação de precariedade. Estes valores foram evidenciados na aposta educacional, que defendem como resolução para as desigualdades o investimento na educação (por parte do Estado) e um paralelo apreço a esta instituição (por parte dos assistidos). Assim, em grande medida, avaliam os assistidos como pouco empenhados, não aproveitadores das

oportunidades oferecidas. Tais valores condicionam os que já estão em uma situação de vulnerabilidade, não concretizando possibilidades de reversão. Isto é mais precisamente desenvolvido quando exposta a associação destes valores com a perda da qualidade democrática, confirmando que a perspectiva do grupo, gerada pela situação de desigualdade, proporciona a perda da autonomia, dos direitos e a apatia.

Por fim, embora não se autorreconheçam como pertencentes às elites distinguem-se como um grupo de maior valor. Reforçam ainda a existência de uma inversão de valores na atualidade, e nesta seriam privilegiados por resguardarem a moral que eles consideram correta, justificam desta maneira a motivação pessoal para o envolvimento com entidades sem fins lucrativos. Ao relacionar estes argumentos com a teoria outsider (ELIAS e SCOTSON, 2000; BECKER, 2008) pode-se concluir que o diferencial de poder entre os dirigentes e os assistidos possibilita a distinção entre grupos, estigmatizando e cerrando as fileiras para os mais vulneráveis.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carla C. R. *O marco discursivo da 'participação solidária' e a redefinição da questão social: construção democrática e lutas políticas no Brasil pós 90*. Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado. Campinas, 2006.

AVRITZER, Leonardo. Teoria Democrática, Esfera Pública e Participação Local. *Sociologia*, Porto Alegre, ano 1, n° 7, jan/dez 1999. p.18-43

_____. Modelos de Sociedade Civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro. In: _____(org.). *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Del Rei, 1994. p.269-

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Duas Faces do Poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, vol. 19, no. 40, out. 2011. (Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000300011&script=sci_arttext; último acesso em: 03/08/2011)

BARBOUR, Rosaline. *Grupos Focais*. Tradução por Marcelo Figueiredo Duarte. Porto Alegre: Artemed, 2009.

BALBACHEVSKY, Elizabeth; HOLZHACKER, Denilde. O Novo Consenso da Sociedade Brasileira: democracia e igualdade. *Opinião Pública*, Campinas, vol.17, no.2, Nov. 2011. (Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762011000200009&script=sci_arttext; último acesso em: 03/08/2011).

BECKER, Howard S. Marginais e Desviantes. In: *Uma Teoria da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERG, Bruce L. *Qualitative Research Methods for the Social Science*. Boston: Allyn and Bacon, 2001.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Sociedade Civil: sua democratização para a reforma do estado. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (orgs.). *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 1999. p.68-116.

CALDEIRA, Tereza. A Implosão da Vida Moderna. In: *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania*. São Paulo: EDUSP, 2000.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996.

CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da Sociedade Civil. In: IOSCHEPE, Evelyn Berg (Org.). *3º Setor: desenvolvimento social sustentável*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: Daniel Mato (org.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110. (Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf>; acesso: 09/07/2011).

DAGNINO, E.; OLVERA, A.J.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A.J.; PANFICHI, A. (Orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DAHL, R. A. 1958. A Critique of the Ruling-Elite Model. *American Political Science Review*, Washington (D. C.), v. 52, n. 2, p. 463-469, June. (Disponível em: <http://ebookbrowse.com/dahl-critique-of-ruling-elite-model-pdf-d23880686>; último acesso em 03/08/2011).

DEMO, Pedro. *Cidadania Pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil*. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Campinas: Autores Associados, 2008.

FALCONER, Andrés. *A Promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*. Tese (mestrado), Centro de Estudos de

Administração do Terceiro Setor, USP, São Paulo, 1999. (Disponível em: <http://lasociedadcivil.org>; acesso em: 25/08/2010).

FERNANDES, Rubem César. O Que É Terceiro Setor?. In: IOSCHEPE, Evelyn Berg (Org.). 3º *Setor: desenvolvimento social sustentável*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FISHER, Rosa Maria; FALCONER, Andrés. Desafios da Parceria Governo Terceiro Setor. RAUSP. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 33, p. 12-19, 1998. (Disponível em: <http://empreende.org.br>; acesso em: 24/01/2012)

FLICK, Uwe. *Desenho da Pesquisa Qualitativa*. Tradução por: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artemed, 2009.

FERRÃO, Maria Eugênia. Componentes do Efeito Escola. In: TORRECILLA, Francisco Javier Murillo, *Estudios Sobre Eficacia Escolar en Iberoamérica: 15 buenas investigaciones*. Convenio Andrés Bello, 2006.

FERREIRA, Francisco e outros. Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. *Econômica: revista do programa de pós-graduação em Economia da UFF*. Rio de Janeiro: UFF, v. 8, n. 1, 2006, p. 147-169.

FUKS, M.; PERISSINOTTO, R. M. & SOUZA, N. R. (orgs.). 2004. *Democracia e participação : os conselhos gestores do Paraná*. Curitiba : UFPR.

GIMENES, Éder Rodrigo. *Cultura Política e Democracia: apoio difuso e específico entre um segmento da elite não estatal do município de Maringá (pr)*. Maringá, UEM, 2011. Tese (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

GOHN, Maria Glória. *Movimentos sociais e rede de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

IBGE. As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – 2010 2012. *Comunicação Social*, 2012. (Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>; acesso em: 22/01/2013)

LANDIM, Leilah. Associações no Brasil: comentários sobre dados oficiais recentes. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n. 28, ago./set. 2005. (Disponível em: <http://www.ibase.br>; acesso em: 25/08/2010)

LAVALLE, Adrian. A Nova Sociedade Civil e as Práticas de Consociação na Vida Pública do Fim do Século. In: *Espaço e Vida Públicos: reflexões teóricas e sobre o pensamento brasileiro*. São Paulo, USP, 2001. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. *O Estatuto Político da Sociedade Civil: evidências da Cidade do México e de São Paulo*. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011.

MARVASTI, Amir. *Qualitative research in sociology*. London: Sage, 2004.

MEDEIROS, Marcelo. O Estudo dos Ricos no Brasil. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.17, no.1, p. 99-128, jun 2005.

NEUMAN, W. Lawrence. *Basics of Social Research: qualitative and quantitative approaches*. Boston, Pearson, 2004.

NORBERT, Elias; SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

PAOLI, Maria Célia. *Empresas e Responsabilidade Social: os enredamentos da cidadania no Brasil*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 373-418.

_____. *Movimentos Sociais no Brasil: em busca de um estatuto político*. In: HELLMANN, Michaela (org.). *Movimentos Sociais e Democracia no Brasil: “Sem a Gente Não Tem Jeito”*. São Paulo: Marco Zero/Ildesfes. p. 24-55.

REIS, Elisa. Percepção da Elite Sobre Pobreza e Desigualdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 15, no. 42, p. 143-152, fev. 2000.

REIS, Elisa; SCHWATTZMAN, Simon. Pobreza e exclusão social: aspectos sócio-políticos. Banco Mundial, paper, 2002.

RENNÓ, Lúcio; SMITH, Amy; LAYTON, Matthew; PREIRA, Frederico Batista. *Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania*. São Paulo: Inermeios; Nashville: LAPOP, 2011.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. *Valores Pós-Materialistas e Cultura Política no Brasil*. Maringá: EDUEM, 2011.

RITCHIE, Jane; LEWIS, Jane. *Qualitative Research Practice*. London: Sage, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse, LÜCHMANN Lígia. Situando o Debate sobre Movimentos Sociais e Sociedade Civil no Brasil Introdução. *Revista Política & Sociedade*, Santa Catarina, no. 5, 2004. (Disponível em: <http://www.npms.ufsc.br/lpublic/Aula-Ilse%20e%20Ligia.pdf> ; acesso: 09/08/2011).

Schwartzman, Simon. *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SALAMON, Lester. Estratégias para o Fortalecimento do Terceiro Setor. In: IOSCHEPE, Evelyn Berg (Org.). *3º Setor: desenvolvimento social sustentável*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 89-111.

SILVA, Ronaldo Quintanilha da. A obrigatoriedade de licitar não deve ser imposta às entidades privadas sem fins lucrativos. *Revista de Direito do Terceiro Setor*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, jan./jun, 2011. (Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/40354>; acesso em 10/02/2013).

SZWAKO, José. *Os Sentidos da Democracia: crítica, aposta e perplexidade na produção do Cenedic*. Lua Nova, São Paulo, n 78, 2009, p. 251-303.

TATAGIBA, Luciana. Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, no. 25 nov., 2005.

TEIXEIRA, Ana Claudia. *Identidades em Construção: as organizações não governamentais no processo brasileiro de democratização*. São Paulo: Annablume; FAPESP; Instituto Polis, 2003.

ANEXOS

Anexo I – Dinâmica do grupo focal

Parte 1 – Apresentação da pesquisa e apresentação de regras mínimas para a condução do debate.

Parte 2 –

Temos aqui duas charges:

1ª



2ª



Quais são as impressões dos senhores sobre os problemas tratados nessas charges?

Parte 3 – Questões com base no questionário:

1 – Discutimos agora sobre o papel do Estado. Vocês estão aqui representando associações, fundações ou entidades que, de alguma forma, também estão preocupados com esses problemas da sociedade. Na opinião dos senhores, qual papel que cabe a instituições para lidar com a desigualdade social no Brasil?

2 - Têm pessoas que se envolvem com instituições como as que os senhores representam por distintas motivações. Vou citar algumas situações hipotéticas que podem motivar as pessoas a agirem assim e vocês comentem o que acham de cada situação.

a- há um problema de falta de empenho de algumas pessoas em condições precárias, então é preciso ajudá-las.

b- pela forma que estamos organizados, não há oportunidades iguais a todos. Então tentamos criar novas oportunidades a quem não as tem.

c- por vários fatores como falta de qualidade na educação, ou falta de amparo público, ou desestrutura familiar, algumas pessoas não têm capacidade de ser autônomas, não tem consciência sobre o mundo. Então é preciso direcionar estas pessoas.

d- Todos têm direitos iguais. No entanto, para alguns esses direitos não são tão garantidos como para outros. Qualquer ação que tenha a intenção de buscar a igualdade é válida.

e- todos vivemos em uma mesma sociedade. Assim, é de responsabilidade de todos o bem da sociedade e a situação precária de alguns.

Parte 4 – Encerramento e agradecimento.

Anexo II – Questões do survey “Cultura política e elites não-estatais”, 2011 centrais para a análise dos dados pesquisados.

Dentre as razões abaixo relacionadas, em que medida o(a) sr.(a) acredita que cada uma delas é responsável pela pobreza no Brasil?

	Pouco responsável					Muito responsável					
O não cumprimento das funções sociais do Estado.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Falta de vontade política.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Falta de consciência social das elites.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
A lógica inevitável do sistema capitalista.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Monopolização das oportunidades por poucos.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Concentração de renda.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Falta de empenho dos pobres.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

Considerando uma escala em que 1 representa “pouca importância” e 10 representa “muita importância”, a seu ver, qual a importância das seguintes questões para o Brasil atualmente?

	Pouca importância					Muita importância					
Educação.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Saúde.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pobreza.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Governabilidade e gestão estatal.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Corrupção.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Desemprego.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Comportamento das elites.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Dependência externa.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Crise moral.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Proteção do meio ambiente.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

Em que medida o(a) sr.(a) entende que as seguintes iniciativas podem contribuir com a redução das desigualdades sociais no Brasil?

	Pequena contribuição					Grande contribuição					
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Tornar os serviços públicos sociais mais eficientes.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Estimular o controle populacional.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Permitir maior liberdade de regulação econômica às empresas.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Tornar o imposto de renda mais progressivo.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Ampliar os gastos públicos com programas sociais.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Garantir a participação dos empregados nos lucros da empresa.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Instituir um imposto sobre grandes fortunas.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Apoiar iniciativas de entidades não lucrativas voltadas à função social.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Promover uma reforma agrária.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

Gostaríamos que o(a) sr.(a) avaliasse as seguintes políticas de acordo com as seguintes alternativas: viável e desejável, desejável mas não viável, viável mas não desejável ou nem viável nem desejável.

	Viável e desejável	Desejável mas não viável	Viável mas não desejável	Nem viável nem desejável	
Educação básica gratuita e universal.	1	2	3	4	
Programa de construção de casas populares.	1	2	3	4	
Acesso universal e gratuito aos serviços de saúde.	1	2	3	4	
Aposentadoria por tempo de serviço.	1	2	3	4	
Seguro-desemprego para todos os trabalhadores.	1	2	3	4	
Programas de distribuição de alimentos aos pobres.	1	2	3	4	
Cotas sociais nas universidades e nos serviços públicos.	1	2	3	4	
Cotas raciais nas universidades e nos serviços públicos.	1	2	3	4	